



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

DAYANNE DOS SANTOS ATAÍDE

“SEMEAR, CULTIVAR & COLHER”: a relação entre o RURAP (Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá) e a agricultura familiar na década de 1990

**MACAPÁ - AP
2016**

DAYANNE DOS SANTOS ATAÍDE

“SEMEAR, CULTIVAR & COLHER”: a relação entre o RURAP (Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá) e a agricultura familiar na década de 1990

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado junto ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal do Amapá, como requisito para a obtenção do título de Licenciado Pleno em História, orientado pelo Prof. Esp. Carlos Alberto Viana Marques.

**MACAPÁ - AP
2016**

DAYANNE DOS SANTOS ATAÍDE

“SEMEAR, CULTIVAR & COLHER”: a relação entre o RURAP (Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá) e a agricultura familiar na década de 1990

BANCA EXAMINADORA

Prof. Esp. Carlos Alberto Viana Marques

Orientador

Prof^ª. Dra. Carmentilla das Chagas Martins

Examinadora

Prof. Dr. Dorival da Costa dos Santos

Examinador

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, por ter me dado forças para continuar este trabalho, que devido aos problemas pessoais, ficou parado por quase 2 anos. Ao meu amado pai, Paulo Ataíde, por todos os incentivos e encaminhamentos para a conquista dos meus sonhos ao longo da minha vida. À minha querida irmã, Danielle Ataíde, pela grande força recebida. Aos queridos amigos Alessandra Souza, Betel de Castro, Charles Martins e Fábio Ferreira, por todo apoio e incentivo que me deram durante a escrita deste trabalho. Ao meu tão estimado orientador, Professor Carlos Alberto Viana Marques, por todas as vezes que usou de seu incrível dom da paciência para me acalmar quando estive demasiadamente preocupada com o andamento desta pesquisa. E, em especial, ao Professor Roni Mayer Lomba, do Colegiado de Geografia desta instituição, pelos esclarecimentos concedidos sobre a temática deste trabalho e por indicar as fontes locais. Sou grata a todos, de todo coração!

RESUMO

Este estudo teve como objetivo fazer um estudo de caso sobre o papel do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP) na formulação e implementação de políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar no Estado do Amapá, na década de 1990. Nesse sentido, procurou-se com este estudo analisar os relatórios de produção do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP), uma vez que estes contêm dados sobre a produção agrícola do estado; a capacidade de produção das famílias, tipos de cultura e principais obstáculos enfrentados; entender como o governo tem a capacidade de influenciar nas políticas de desenvolvimento agrícola do estado; como a expansão da burocracia da instituição durante os anos 1990 contribuiu para a profissionalização e sofisticação de assistência técnica aos agricultores familiares, bem como a importância do investimento público para o desenvolvimento rural. A metodologia utilizada consistiu na análise serial dos relatórios de produção institucionais, uma vez que estes constituem-se como fontes homogêneas, o que tornou possível mensurar comparativamente a evolução dos alimentos produzidos ao longo da década de 1990. Conclui-se que a situação dos produtores rurais necessita ser constantemente aprimorada por meio da melhoria da qualidade dos serviços de assistência técnica, mas, para isso, é necessário que haja maiores investimentos por parte do poder público.

Palavras - chave: agricultura familiar; assistência técnica; rurap

ABSTRACT

This study aimed to make a case study of the role of the Rural Development Institute of the Amapá (RURAP) in the formulation and implementation of public policies for the development of family agriculture in the State of Amapá, in the 1990s. In this sense, it sought with this study to analyze the reports of production of the Amapá Rural Development Institute (RURAP), since these contain data on the agricultural production of the state; the production capacity of families, types of culture and main obstacles faced; understand how the government has the capacity to influence in the state's agricultural development policies; how the expansion of the bureaucracy of the institution during the 1990s contributed to a professionalization and sophistication of technical assistance to agricultural families, and the importance of public investment for rural development. The methodology consisted of serial analysis of institutional production reports, as these constitute as homogeneous sources, which made it possible to measure comparatively the evolution of the food produced throughout the 1990s. It is concluded that the situation of farmers must be constantly reinforced by improving the quality of technical assistance, but for that, there needs to be greater investment by the government.

Keywords: family farming; technical assistance; rurap

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAR – Associação de Crédito e Extensão Rural do Amapá

AP – Ação Popular

ASTER – Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Amapá

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Amapá

EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

FATER – Fundação de Assistência Técnica e Extensão Rural

FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

FRAP – Fundo de Desenvolvimento Rural do Amapá

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

PCB – Partido Comunista do Brasil

PDSA – Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRORURAL – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar Rural
Organizada

RURAP – Instituto do Desenvolvimento Rural do Amapá

SUMÁRIO

RESUMO	4
ABSTRACT	5
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	6
INTRODUÇÃO	8
1. HISTÓRIA AGRÁRIA: HISTORIOGRAFIA	11
1.1 O mundo rural na Antiguidade.....	11
1.2 O mundo rural na Antiguidade Clássica: Grécia e Roma.....	12
1.3 A crise do Império Romano e o surgimento da servidão.....	14
1.4 A questão da servidão na Idade Média.....	15
1.5 Idade Moderna.....	18
1.6 As revoltas camponesas durante a Idade Contemporânea.....	19
1.7 Brasil e a agricultura no Período Colonial.....	21
1.8 Agricultura no Brasil pós-independência.....	22
1.9 Questões atuais: a luta pela reforma agrária e os conflitos sociais no campo brasileiro.....	23
2. A HISTÓRIA AGRÁRIA CONTEMPORÂNEA NO AMAPÁ	27
2.1 A colonização da fronteira agrícola na amazônia e a utopia camponesa	27
2.2 Agricultura familiar	29
2.3 Agricultura familiar no Estado do Amapá.....	31
2.4 A implantação dos assentamentos agrícolas.....	36
2.5 Assentamentos agrícolas do Estado do Amapá.....	36
3. A RELAÇÃO ENTRE O RURAP E A AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DO AMAPÁ NA DÉCADA DE 1990	41
3.1 Histórico da extensão rural no Amapá.....	41
3.2 Políticas públicas básicas.....	45
3.3 Capacidade de produção das famílias, tipo de cultura e principais obstáculos	48
3.4 Análise da atuação do RURAP na agricultura familiar do Estado do Amapá na década de 1990.	50
3.5 Perfil da burocracia do RURAP	55
3.6 Crédito rural.....	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS	60

INTRODUÇÃO

A temática central do presente trabalho busca analisar a *Relação entre o RURAP (Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá) e a agricultura familiar no Amapá na década de 1990*. A análise do objeto, tendo como estudo de caso a trajetória institucional do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP) e sua relação com a agricultura familiar, permite compreender as estratégias institucionais do poder público regional frente às demandas da agricultura familiar. A década de 1990 foi estratégica na medida em que neste período se deu a criação do RURAP, que tem como missão promover o desenvolvimento rural do Estado do Amapá.

O objetivo geral desta pesquisa situa-se em analisar a história agrária do Amapá na década de 1990, tendo como estudo de caso a atuação do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP) na formulação e aplicação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento agrícola do Estado, objetivando especificamente analisar como o RURAP atuou no desenvolvimento da agricultura familiar do Estado; verificar a capacidade de produção das famílias, tipo de cultura e principais obstáculos, além de investigar o perfil burocrático da instituição, como forma de entender de que maneira o poder público tem capacidade de influenciar nas políticas de desenvolvimento da agricultura familiar do Estado.

A problemática central deste trabalho procura entender institucional e socialmente em que medida a agricultura familiar do Amapá foi influenciada pelo poder público regional, tendo como objeto a atuação do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP) na década de 1990. Para isso, procuramos responder a três questões: em que medida os investimentos públicos influenciaram a produção agrária de grãos no estado na década de 1990? Como foi a dinâmica burocrática do RURAP na década de 1990? Qual o perfil dos técnicos que atuam ou atuaram na instituição na década de 1990?

Com relação às fontes de pesquisa, este trabalho lança mão de uma análise dos relatórios institucionais produzidos pelo poder público regional referentes à produção agrária do Estado na década de 1990, uma vez que estes contêm dados relativos à produção agrícola do Estado. Objetivando complementar as fontes documentais, foram utilizadas obras sobre a questão agrária contemporânea no Estado do Amapá, como fundamentação teórica local.

A metodologia utilizada consistiu na análise serial dos relatórios de produção institucionais, uma vez que estes constituem-se como fontes homogêneas, o que tornou possível

mensurar comparativamente a evolução dos alimentos produzidos pela agricultura familiar ao longo da década de 1990.

No primeiro capítulo deste trabalho, intitulado *História Agrária: historiografia*, é feita uma fundamentação teórica acerca do mundo rural, partindo desde a Antiguidade até os dias atuais, destacando-se autores como Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Caio Prado Jr, Celso Furtado, Edward McNall Burns, Emmanuel Le Roy Ladurie, além dos autores Marcel Mazoyer e Laurence Roudart. Inicialmente é tratada a questão da agricultura na antiguidade, abordando num primeiro momento a questão agrária nas civilizações da Antiguidade Oriental, que apresentavam solos férteis bastante favoráveis à produção agrícola, e fazendo referência ao Egito Antigo, que apresentava, para época, um sistema de cultivo bem avançado. A segunda parte aborda sobre o mundo rural na Antiguidade Clássica, especificamente na Grécia. Em seguida o caráter essencialmente agrário da economia durante a Idade Média é posto em foco, uma vez que a agricultura se sobressaiu em relação aos demais setores econômicos da época, caracterizando o feudalismo. Por conseguinte, são tratados os períodos de queda e prosperidade agrícola durante a Idade Moderna. Em seguida, é feita uma abordagem sobre as revoltas camponesas durante a Idade Contemporânea. Relata-se, também, a agricultura no Brasil durante o Período Colonial, dando ênfase para o cultivo da cana-de-açúcar. Além desses pontos, para finalizar, aborda-se a agricultura no Brasil pós-independência, além das questões atuais envolvendo a luta pela reforma agrária e os conflitos sociais no campo brasileiro.

Já o segundo capítulo, intitulado *História Agrária Contemporânea no Amapá*, busca analisar os principais aspectos da formação da história agrária contemporânea no Estado do Amapá. Mas, em um primeiro momento, objetivando uma melhor compreensão da história agrária do Estado, discute-se sobre a colonização da fronteira agrícola na Amazônia e a “utopia camponesa”, a partir dos governos militares. Em seguida, são abordadas temáticas relacionadas à agricultura familiar e suas definições; a agricultura familiar no Estado do Amapá; a implantação dos assentamentos agrícolas e os assentamentos agrícolas no Estado do Amapá.

Por fim, no terceiro capítulo, intitulado *Relação entre o RURAP e a Agricultura Familiar no Amapá na década de 1990*, é explanado o histórico da extensão rural no Estado do Amapá, destacando as comunidades assistidas por sede local. Além disso, esse capítulo traz os resultados da pesquisa a partir das políticas públicas básicas dos anos 1990; a capacidade de produção das famílias, tipo de cultura e os principais obstáculos demonstrando a evolução das principais culturas do Estado; a análise da atuação do RURAP na agricultura familiar do Estado do Amapá na década de 1990; o perfil da burocracia do RURAP apresentando o nível de

escolaridade dos técnicos da instituição, bem como as condições de infraestrutura do setor administrativo. E, para finalizar, é tratada a questão concernente ao apoio financeiro do poder público às famílias rurais, destacando os programas de crédito rural.

Com relação à matriz histórica, a presente pesquisa está inserida no campo da História Econômica e Social, pelo fato de que, com o advento da globalização da economia, o pequeno agricultor familiar passou a apresentar uma nova roupagem, a de agricultor moderno, passando a fazer parte da economia, vendendo a produção excedente e recebendo assistência técnica do poder público visando combater a pobreza no campo.

Dessa forma, considerando que existem poucas pesquisas locais referentes à agricultura familiar no Estado do Amapá, o presente trabalho tem por objetivo preencher a tais lacunas, somando com as até então poucas obras existentes sobre a temática, contribuindo, assim, para o conhecimento histórico sobre a história agrária do Estado. Nesse sentido, o tema é relevante na medida em que contribui para a compreensão do desenvolvimento da economia agrícola do Estado no decorrer da década de 1990, pois aborda a evolução dos grãos, a agricultura familiar, os diferentes tipos de culturas, bem como outros aspectos referentes, enfatizando o papel que a agricultura desempenhou no Estado do Amapá no respectivo período.

1. HISTÓRIA AGRÁRIA: HISTORIOGRAFIA

1.1 O mundo rural na Antiguidade

Para a maioria dos povos da Antiguidade Oriental, a agricultura constituía-se como sendo a atividade econômica mais importante. Os solos que compunham as civilizações da Antiguidade Oriental apresentavam condições ambientais favoráveis ao plantio, além da existência de rios que serviam para irrigar as culturas alimentares. A fertilidade da terra propiciou o aparecimento de civilizações agrícolas, especificamente tribos nômades, pois os homens passaram a ter uma vida não mais sedentária, uma vez que para que as plantações pudessem se desenvolver, era necessário um certo tempo. O solo fértil acabou por impulsionar o desenvolvimento da agricultura, tendo como pontos principais o Egito e a Mesopotâmia.

Os povos que constituíam essas regiões podiam contar, todos os anos, com as inundações periódicas que encharcavam os vales dos rios, o que favorecia a agricultura. Pode-se dizer que, apesar de algumas condições adversas, a produção de alimentos era abundante. A produção agrícola desses produtos sofria interferência do Estado, através de grandes projetos de irrigação, além de receber os excedentes de produção para distribuir os alimentos para a população.

Importante destacar aqui a agricultura no Antigo Egito, que foi durante toda sua história sua principal atividade econômica, ao lado de atividades de menor importância, como a domesticação de animais, e a prática da pesca. Os principais produtos cultivados pelos camponeses ou *felás* eram o trigo, o arroz, a cevada, frutas e legumes, além do algodão e do linho. Em virtude das cheias, era às margens do rio Nilo que ocorriam as atividades ligadas à agricultura, sendo os campos transformados em grandes lavouras. Segundo Mazoyer e Roudart (2010, p. 176) “os cultivos de cereais (trigo, aveia, milho, no sul) e elementos de linho, existentes em elementos minerais, alternavam-se com o cultivo de leguminosas alimentares (ervilha, lentilha) ou forrageiras (trevo de Alexandria), que enriqueciam o solo”.

Nesses campos, os trabalhadores rurais executavam o trabalho de forma coletiva, sendo parte da produção entregue ao Estado como pagamento de tributo. Assim, além de terem que produzir o suficiente para se manterem, os produtos excedentes eram armazenados com o objetivo de suprir a população em momentos de crise, e para alimentar os funcionários do Estado. Os egípcios utilizavam técnicas dos mais diversos tipos visando o aproveitamento da água para o período da seca ou de baixa produção.

1.2 O mundo rural na Antiguidade Clássica: Grécia e Roma

As sociedades que compunham a Antiguidade Ocidental, diferentemente das sociedades da Antiguidade Oriental, cujo solo era fértil, não dispunham de terras férteis para a prática da agricultura. Dessa maneira, a escassez de terras apropriadas para o cultivo, bem como a necessidade que havia de se expandir o comércio, fez com que os povos migrassem para novas terras para, assim, suprirem suas necessidades. Na busca pela colonização de novas terras, ocorreram muitas guerras que tiveram como consequência a redução à servidão de povos vizinhos. Houve a formação de uma aristocracia militarizada, que concentrava em suas mãos a grande parte dessas terras, o que acabou contribuindo para a militarização das sociedades europeias da Antiguidade. A grande parte dessas terras concentrou-se nas mãos das aristocracias militarizadas. Assim, os que venciam as guerras passaram a alimentar-se através das colheitas dos povos vizinhos que eram vencidos. Nesse sentido:

[...] a produtividade agrícola da época era geralmente suficiente apenas para alimentar os agricultores e suas famílias. Desde então, para abastecer-se, a cidade antiga dominante e em crescimento tinha não apenas necessidade de colônias, de cada vez mais colônias, mas também de escravos. (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 284)

Como é possível perceber, para que as sociedades antigas pudessem se manter, necessitavam não só de colônias, mas também de escravos. Nesse período a escravidão se dava de duas formas: escravidão pela guerra e escravidão por dívida. Os agricultores se encaixam na escravidão por dívidas pela seguinte lógica: o que era produzido por esses camponeses era insuficiente para arcar com o suprimento de suas próprias necessidades e de sua família, e de quebra, ainda tinham que pagar o imposto. Ocorria que, para pagar o tributo, o camponês vendia parte relevante da colheita produzida, sendo que, durante o período em que esperava a próxima colheita, tinha que endividar-se para obter o alimento necessário para manter-se. Todavia, chegava um tempo em que o valor do que colhia anualmente passava a ser inferior ao montante da dívida a qual fez, tornando-se, assim, escravo por dívida de seu credor, que se apropriava dos seus meios de produção, da sua família e dele próprio.

Importante destacar que nas sociedades da Antiguidade Oriental, as terras cultivadas eram resultado das grandes obras empreendidas pelo soberano e distribuídas para particulares ou para as comunidades do entorno da região. Já nas sociedades da Antiguidade Ocidental, as terras constituíam-se como propriedades privadas, estando concentradas nas mãos de grandes proprietários. Dessa forma, houve concentração de terras, o que provocou o descontentamento dos camponeses.

Assim, em Atenas, Pisístrato, por volta de 524, redistribuiu as terras para os camponeses arruinados. Pode-se assim dizer, que essa medida foi uma das primeiras reformas agrárias a surgir na história. Logo após as reformas ocorridas no século VI, observa-se uma melhora nas condições de vida dos pequenos e médios agricultores independentes, pois “produziam o próprio grão, vendiam os produtos de suas vinhas e de seus pomares, trabalhavam em família e com alguns escravos, viviam frugalmente e limitavam a descendência a um dos filhos” (MOZOYER; ROUDART, 2010, p. 288). No entanto, isso não quer dizer que essa agricultura produziu grandes excedentes, pelo contrário, a quantidade de grãos ainda era insuficiente.

No caso de Roma, em virtude de sua colonização ter sido baseada na pilhagem, recebia grande quantidade de produtos das regiões colonizadas, em particular, produtos agrícolas. Aymard e Auboyer (1977) afirmam que devido à chegada de cereais oriundos das colônias, os produtos agrícolas tiveram seus preços reduzidos. Na realidade, para alimentar-se, os soldados romanos, bem como aqueles que não produziam dependiam dos produtos dos seus vizinhos.

Com a expansão do Império Romano, os pequenos proprietários de terra ficaram numa situação difícil pelo fato de não terem condições de competir com os grandes proprietários, já que estes produziam uma quantidade bem maior de produtos agrícolas vendidos a baixo preço. Em consequência disso, os pequenos proprietários, arruinados, tiveram que vender suas terras a quem tinha condição de comprá-las, o que contribuiu para a concentração fundiária.

Em virtude desse quadro caótico o qual se encontravam esses pequenos proprietários, assim como na Grécia Antiga, em Roma também foram criadas leis agrárias. Tibério Graco, em 133 a.C, pôs em votação uma lei agrária na qual previa uma determinada quantidade de hectares por chefe de família (125 ha), bem como a distribuição de terras àqueles que não possuíam e a venda de produtos a baixo preço pelos camponeses. Essa medida acabou provocando o descontentamento dos grandes proprietários, pois esta lei os prejudicaria. Devido a essa oposição, Tibério Graco foi assassinado. No entanto, Caio Graco, seu irmão, mais tarde deu continuidade à questão agrária, mas, assim como Tibério Graco, também acabou sendo assassinado pela oposição.

Em suma, os irmãos Graco almejavam atenuar os efeitos causados pelas lutas sociais em Roma ocorridos devido às Guerras Púnicas, defendendo os direitos dos menos favorecidos. Contudo, essa atitude não era vista por bons olhos pela oposição, o que acabou ocasionando o assassinato dos irmãos.

Percebe-se que desde a antiguidade medidas agrárias eram tomadas com o intuito de distribuir terras aos sujeitos arruinados, empobrecidos devido às intempéries do momento. Essas medidas agrárias foram as primeiras a surgir na história agrária.

1.3 A crise do Império Romano e o surgimento da servidão

O trabalho escravo era a base da organização do Império Romano, sendo os escravos conseguidos através das guerras de conquista. Essa utilização maciça do trabalho escravo acabou prejudicando os pequenos proprietários de terras e os camponeses. Sem trabalho, muitos deles deslocaram-se para as cidades, formando uma grande massa dependente do Estado. Dessa forma, era necessário manter essa massa de plebeus. Assim, uma grande quantidade de recursos era destinada à manutenção deles através da distribuição de trigo, que era distribuído de forma gratuita, além de diversões.

A partir do século III, uma grave crise alastrou-se pelo Império Romano do Ocidente, tendo repercussão nos campos político, econômico e social. Várias foram as causas dessa crise, dentre elas: o grande número de escravos, que acabou prejudicando os pequenos e médios proprietários de terras, bem como a concentração de terras nas mãos de uma minoria: a aristocracia fundiária. Somando a isso, o Estado, por sua vez, tinha que alimentar a massa da população romana sem propriedade devido à concentração de terras. O Império Romano conseqüentemente enfraqueceu-se e o sistema escravista, que era a base da sociedade romana, não teve mais condições de prosseguir.

Com a crise, a mão de obra escrava passou a entrar em declínio e a solução encontrada pelos grandes proprietários foi explorar a mão de obra rural. Nesse contexto, diante do clima de insegurança o qual a sociedade romana enfrentou devido à crise, os grandes proprietários passaram a refugiar-se em suas grandes propriedades. Assim, com o intuito de garantir sua proteção e segurança, os escravos e plebeus empobrecidos puseram-se à disposição desses grandes proprietários. Para McNall Burns:

[...] Numa tentativa desesperada para refrear o declínio da produção agrícola, durante a revolução econômica dos séculos III e IV, o governo do Império ligou indissolvelmente ao solo diversos trabalhadores e rendeiros agrícolas como colonos ou servos, colocando-os, na realidade, sob o controle dos proprietários dos grandes latifúndios. (BURNS, 1968, p. 391)

Para esses sujeitos empobrecidos, trabalhar nas terras de um senhor significava não só proteção, mas também era a solução para que tivessem suas necessidades básicas supridas. O grande proprietário via nisso uma possibilidade de explorar a terra de forma proveitosa. Hilário Franco Júnior (1983) afirma que a mão de obra rural tinha uma tripla origem, pois atendia ao interesse dos proprietários em ter mais trabalhadores, ao interesse do Estado em garantir suas rendas fiscais e ao interesse dos mais humildes por segurança e estabilidade.

Nesse momento, a partir da interligação que se deu entre o camponês e o grande senhor, surge uma importante instituição: o colonato, que surgiu com a crise do Império. Era um sistema de trabalho servil através do qual os indivíduos empobrecidos passaram a trabalhar nas terras de um grande senhor, em busca de proteção. O proprietário lhes oferecia terra e, em troca, estes entregavam ao senhor parte do que produziam. Nesse sentido, Franco Junior pondera que:

[...] a terra ficava dividida em duas partes: a reserva senhorial e os lotes camponeses. Esses lotes eram entregues a indivíduos em troca de uma parcela do que eles aí produzissem e da obrigação de trabalharem na reserva senhorial sem qualquer tipo de remuneração. Tudo o que era produzido na reserva cabia ao proprietário. (FRANCO JÚNIOR, 1983, p. 11)

Já desde o século IV o colono já tinha sua situação juridicamente definida, estando ele vinculado ao lote ao qual ocupava. Assim, o colono, embora fosse um homem considerado livre, estava preso à terra. Dessa forma, cabe dizer que a crise do Império, consolidada no século III em diante, teve como consequência a ruralização da sociedade na medida em que esta passou a caracterizar-se como essencialmente agrícola.

1.4 A questão da servidão na Idade Média

Em virtude de já ter sido tratado acerca da gênese do processo de formação no que diz respeito à ruralização da sociedade romana, tratar-se-á neste tópico especificamente sobre os aspectos concernentes ao mundo rural que caracterizaram esse período.

Uma vez que a agricultura se sobressaía em relação aos outros setores econômicos, e a maioria da população, a essa altura, concentrava-se no campo, considera-se a sociedade, mais precisamente nos séculos XII e XIII, essencialmente agrária. A sociedade que na antiguidade era urbana passou a ser rural através da predominância da agricultura de subsistência. As relações que se estabeleceram nessas extensões de terra contribuíram para a formação do que mais tarde ficou conhecido como feudalismo. O feudalismo caracterizou-se por alguns aspectos importantes, cabendo aqui tratar mais especificamente acerca da ruralização da sociedade e as relações de dependência pessoal.

Os latifúndios existentes durante o Império Romano, com o decorrer dos séculos, deram lugar ao senhorio, extensão de terra na qual a mão de obra utilizada era a dos camponeses, tendo a servidão como forma de trabalho. De acordo com Franco Júnior (1983, p.32) “os senhorios estavam divididos em três partes, todas trabalhadas e exploradas (ainda que não exclusivamente) pelos servos”. A reserva senhorial era exclusiva do senhor feudal, sendo

cultivada pelos servos alguns dias da semana. Os mansos servis, por sua vez, eram lotes utilizados pelos camponeses nos quais cada família cultivava o seu lote e dele tirava sua subsistência. A terceira parte correspondia às terras comunais, que eram bosques e pastos que podiam ser utilizados tanto pelo senhor quanto pelo servo.

Era possível encontrar pequenas propriedades rurais, sem contudo, estarem ligadas a um determinado domínio. Eram cultivadas por seu dono e sua família, no entanto, com o tempo essas propriedades foram desaparecendo devido a motivos ligados à pressão por parte dos aristocratas, bem como doações à igreja, dentre outros fatores. Assim, ainda que perdessem a terra, seus ex-proprietários continuavam a ser homens livres e passaram a trabalhar em uma grande propriedade. Foi a partir daí que surgiu a figura do vilão, que era um homem livre a quem era concedido um lote de terra pelo senhor, devendo, em troca, prestar obrigações ao senhor. O vilão, ao contrário do servo, que era preso à terra, podia desvincular-se dela.

Nesse período, alguns fatores foram primordiais para o desenvolvimento agrícola, como, por exemplo, novas técnicas da agricultura e o clima, que passou a ser mais ameno. Essas inovações favoreceram o que conhecemos por Revolução Agrícola da Idade Média, o que provavelmente pode ter contribuído para o aumento demográfico. Houve, digamos, um tempo de prosperidade na medida em que o progresso da agricultura desencadeou o aumento da produção de outros setores da economia além do primário, estando a economia agrária sempre à frente. Além disso, um outro fator importante para esse crescimento agrícola foi o cultivo em áreas desmatadas. Conforme afirmação de Mazoyer e Roudart (2010, p. 330), “os desmatamentos ganharam terreno, as remessas de grãos, animais e outras mercadorias provenientes das zonas agrícolas aumentaram, ao mesmo tempo que a emigração da população para novas zonas se ampliava”.

O surgimento das novas técnicas da agricultura trouxe consigo transformações relativas à questão social, assim como nas condições de trabalho do camponês. O aumento da produtividade permitiu aos camponeses acumular os excedentes, sendo estes vendidos nas feiras, gerando assim, uma certa renda para manterem-se. O que o camponês devia ao senhor, além de ser pago em *in natura* ou por serviços prestados, poderia ser pago em moedas. O senhor, por sua vez, utilizava tais moedas para comprar os produtos orientais que eram postos à venda pelos mercadores.

Várias taxas eram cobradas pelo senhor ao camponês, principalmente a partir do século XII, com a Revolução Agrícola. Por exemplo, aos que moravam nos vilarejos era cobrada uma taxa em virtude de estes utilizarem equipamentos pertencentes ao senhor, como forno, moinho. Com o tempo, objetivando proteger-se das várias taxas que tinham que ser pagas ao senhor, a

população, através de reivindicações, conseguiu fazer com que tais taxas fossem cobradas através de uma só: o censo. Com essa medida, juridicamente, tanto a situação dos servos como dos trabalhadores livres equiparam-se na medida em que tais banalidades eram cobradas para ambos. No entanto, já no final do século XIII, com a ocorrência do fim da Revolução Agrícola, os camponeses declinaram economicamente. Em consequência disso, a massa de camponeses aumentou, e para piorar, muitas vezes eram excluídos do usufruto dos pastos de uso comum.

Daí em diante o regime feudal caminhava para o fim. A crise atingiu seu apogeu a partir do século XIV, tendo repercussão em todos os setores. Diversas foram as causas da crise, dentre elas, o descaso para com a qualidade da exploração agrícola, o desmatamento, o clima. Embora antes tenham surgido inovações tecnológicas, estas eram frágeis “e só poderiam se manter com a anexação constante e indefinida de novas áreas cultiváveis” (Franco Júnior, 1983, p. 79). Para que novas áreas fossem cultivadas, deveriam ser antes desmatadas. Essa prática fez com que o clima sofresse alteração. Além disso, as constantes pancadas de chuvas prejudicaram as colheitas, fazendo com que o preço aumentasse. As consequências da crise foram drásticas, especificamente para a população, passando por períodos severos de fome e subnutrição, que culminou na morte de grande parte dos indivíduos.

Edward McNall Burns (1968) aborda que não é difícil apontar as causas que contribuíram para o declínio do regime feudal, uma vez que muitas delas estavam intimamente associadas às revolucionárias mudanças econômicas do século XI, e períodos posteriores. O autor aponta ainda que a volta do comércio com o Oriente Próximo e o desenvolvimento das grandes cidades aumentou a procura por produtos agrícolas, o que fez com que os preços subissem, e conseqüentemente alguns camponeses tornaram-se capazes de comprar sua própria liberdade. Pondera ainda que, devido à expansão do comércio e da indústria, novas oportunidades de emprego surgiram e assim os camponeses, muitos deles servos, buscando melhores condições de vida, fugiram para a cidade, sendo assim, quase impossível trazê-los de volta para o campo.

Para agravar ainda mais a situação, entre 1347 e 1350, uma epidemia avassaladora eliminou boa parte da população: a Peste Negra. Isso porque durante a expansão ocidental a Europa possuía colônias que já tinham foco da peste, mas em proporção bem menor. A Peste Negra alastrou-se rapidamente pela Europa atingindo altos índices de mortalidade. Dessa forma, a peste contribuiu para que houvesse, evidentemente, uma diminuição da mão de obra nos senhorios. Nesse sentido:

A peste negra que varreu a Europa no século XIV, embora não fosse exatamente um fator econômico, trouxe resultados bastante semelhantes ao das causas já mencionadas. Em outras palavras, produziu escassez de trabalho e desse modo fez com que se tornassem mais insistentes os pedidos de liberdade dos servos que sobreviveram. (BURNS, 1989, p. 407).

Percebe-se a partir daí que com os servos estando livres, não havia mais condições de continuar levando adiante o sistema de senhorios. Além do mais, havia também a questão da fuga dos servos para as cidades em busca de melhores condições de vida, diminuindo consequentemente a mão de obra nos senhorios.

1.5 Idade Moderna

No período que se estendeu do século XVI ao XIX, a Europa vivenciou uma nova revolução agrícola, que teve relação com a primeira Revolução Comercial. Isso porque esse novo progresso na agricultura só foi possível devido ao progresso dos demais setores econômicos que pôde absorver o excedente da produção agrícola. Esse período de prosperidade agrícola, porém, não abrangeu todos os países europeus, pois ainda havia países que mantinham um sistema arcaico de produção, com características tipicamente feudais, como os pertencentes às partes meridionais e orientais, onde não existiu revolução agrícola pelo fato de estarem localizados muito distante das regiões as quais houve industrialização.

Após a grave crise enfrentada pela Europa nos fins da Idade Média, já durante a Idade Moderna foi possível reconstituir sua agricultura. Os níveis demográficos anteriores à difusão da Peste durante o período medieval voltaram a ser atingidos. Durante a primeira metade do século XV, embora a população ainda estivesse reduzida, agora a situação econômica era diferente. Equipamentos agrícolas inexistentes durante a Idade Média, se faziam presentes. Nesse momento, em virtude da carência de mão de obra, tudo praticamente aumentou, como salário e o preço dos produtos.

A restauração agrícola começou mais precisamente no século XV. Isso porque os camponeses que conseguiram sobreviver após a grande crise de outrora migraram para regiões as quais apresentavam terras propícias e férteis para a prática do cultivo. Embora o salário tivesse sofrido aumento, o preço dos grãos, contudo, permanecia estável. No entanto, com o passar do tempo, ocorreu um aumento demográfico, assim como um aumento de cereais. Dessa forma, consequentemente, também houve uma alta no preço dos cereais. A partir de então, já no século XVI, a Europa havia recuperado sua agricultura e a população voltou a aumentar. Nesse contexto, tais fatores fizeram com que a população aumentasse consideravelmente. Outra

crise emergiu trazendo consigo fome e penúria, mas em proporção bem menor e nada comparada há dos dois séculos anteriores.

Nos séculos XVI e XVII, a população voltou a atingir altos índices demográficos, e outra vez a Europa voltou a sofrer penúria, fome e miséria. Diante desse contexto, impregnado ora por momentos de prosperidade, ora por momentos de crise, é possível perceber que durante a Idade Moderna, vez ou outra, havia oscilação tanto demográfica quanto no que diz respeito à oscilação da produtividade dos grãos. Nesse sentido, Emmanuel Le Roy Ladurie (2007), a partir de uma grande demografia rural e estruturas econômicas a ela ligadas, buscou analisar a noção de grande ciclo agrário na França no período entre a Grande Peste e a Revolução de 1789. Pesquisou períodos de queda e períodos de prosperidade da produção agrícola em várias regiões da França a partir da sistematização serial da produção de grãos.

O autor, a partir das flutuações dos dados agrícolas referentes à venda e ao consumo de determinadas culturas agrícolas ocorridos entre uma crise e outra, bem como nos períodos em que a agricultura se reergueu, fez comparações com os dados agrícolas entre os respectivos períodos através de uma análise serial. Tais crises se davam em virtude dos mesmos fatores que assolavam o restante das regiões da Europa, como epidemias, oscilação demográfica, dentre outros. Observa-se, dessa forma, que a relação que se dá entre o crescimento agrícola e o crescimento demográfico ocorria no mesmo compasso do desenvolvimento agrícola, ou seja, não era uma relação sem nexos, sem explicação.

No que diz respeito à condição jurídica dos camponeses, estes aos poucos, foram perdendo o direito de usufruir as pastagens de uso comum para seu sustento. E os senhorios, buscando equilibrarem-se em virtude da demanda da alta nos preços, passaram a cobrar taxas cada vez maiores a eles. Com o tempo, os senhorios foram abolidos. Enfim, a realidade dos tempos modernos cada vez mais se distanciava dos tempos da Idade Média.

1.6 As revoltas camponesas durante a Idade Contemporânea

O acontecimento considerado pelos historiadores como sendo o marco inicial da Idade Contemporânea é a Revolução Francesa de 1789. Esse acontecimento envolveu vários grupos sociais, cabendo tratar aqui especificamente sobre os camponeses, que compunham a base de sustento para a sociedade francesa. Esses camponeses viviam de forma miserável, sendo submetidos a várias formas de trabalho.

Basicamente, a economia francesa era agrária. Isso porque a maioria da população residia no campo. Todavia, em um determinado momento, mais precisamente a partir de 1784,

a produção agrícola enfrentou uma série de problemas. O volume produzido não era suficiente para dar conta de alimentar toda a população e, além do mais, fatores climáticos incompatíveis para o cultivo fizeram a situação se agravar. Assim, conseqüentemente o preço dos produtos só tendia a subir e, enquanto isso, a população tanto do campo como da cidade enfrentava momentos de extrema miséria e penúria. O que contribuía para piorar ainda mais a situação dos camponeses era o fato de eles terem que, além de trabalhar duramente para sustentar os privilégios dos nobres, ainda tinham que pagar impostos exorbitantes. Esses fatores negativos culminaram na Revolução Francesa de 1789. Assim, “na França, só com a Revolução de 1789, aboliram-se os últimos direitos feudais, e assim a comunidade aldeã deu lugar à propriedade camponesa familiar”. (OLIVEIRA, A. U. 2007, p. 18)

A revolta dos camponeses durante a Revolução Francesa foi de suma importância para influenciar a luta por melhores condições de vida dos demais camponeses do mundo dali em diante. Desse modo, o descontentamento dos camponeses no que diz respeito às péssimas condições de vida a qual passavam culminou em diversos movimentos em vários pontos a favor da reforma agrária.

Na Rússia, até início do século XX, a economia predominante ainda era essencialmente agrícola, com a maior parte de sua população ligada ao campo, vivendo em péssimas condições desde os equipamentos de plantio e colheita rudimentares, até às condições de habitação deploráveis. Essa situação de penúria não estava restrita somente ao campo, mas também na cidade. Assim, o descontentamento da população está entre os fatores que culminaram na Revolução Russa de 1917.

O Japão, entre 1185 até 1868, foi um país com características semelhantes às feudais, pois sua economia era agrícola. Nessa época predominava o *shogunato*, expressão essa derivada de *shogun*, que era o senhor detentor das terras e, ao mesmo tempo, líder militar. Nesse período também ocorreram revoltas camponesas. Já no início do século XX, Ariovaldo Oliveira, A. U. (2007, p. 86) pondera que “o Japão até a Segunda Guerra Mundial apresentava uma estrutura fundiária extremamente fragmentada onde a quantidade média de terra por família era de apenas um hectare e, 3,4 % do total das famílias agrícolas possuíam menos de 0,5 hectares”. Assim, em 1946 foi assinada a lei de reforma agrária, que tinha como meta dividir as propriedades de terra dos grandes proprietários e revende-las aos camponeses-rendeiros ou aos camponeses sem terra, para que fossem cultivadas. Em suma, nos países asiáticos as revoltas camponesas também fizeram parte da luta pela reforma agrária, mais especificamente naqueles com alta concentração fundiária, com grande número de camponeses sem terra.

No México, até 1910, a maior parte das terras encontrava-se dividida em cerca de 9000 *haciendas*, termo este que corresponde ao mesmo que latifúndio, e que eram pertencentes à elite hispânica. O processo de reforma agrária teve início em 1934, pouco mais de vinte anos após a Revolução Mexicana, quando os grandes latifúndios foram divididos em pequenas propriedades, recebendo a denominação de *éjidos*, constituindo aldeias comunitárias. Nessas aldeias comunitárias, uma pequena parte da terra era cultivada por cada família ou então trabalhada de forma coletiva, recebendo apoio do governo.

Por fim, é importante esclarecer que a reforma agrária nesses países foi uma “jogada política” dos governos, que tinha como intuito frear as revoltas camponesas, temendo uma revolução socialista.

1.7 Brasil e a agricultura no Período Colonial

Antes mesmo da chegada dos portugueses às terras brasileiras, a agricultura já existia. Os indígenas já a praticavam como atividade de subsistência. Em 1500, com a chegada dos europeus, estes depararam-se com o pau-brasil, todavia, esta espécie não era muito atrativa para o mercado. A planta era explorada de forma intensa para abastecer o mercado europeu, sendo que sua exploração era deslocada de um lugar para outro na medida em que o produto se esgotava na área anteriormente explorada. Devido à intensa exploração, com o tempo praticamente não foi mais possível encontrar tal espécie. Nesse sentido, Caio Prado Júnior (1984) afirma que a decadência da exploração do pau-brasil foi rápida. O autor ressalta ainda que em algumas décadas o melhor das matas costeiras que continham a preciosa árvore esgotou-se, diminuindo, assim, o interesse pelo negócio.

No entanto, a atividade econômica que alavancou a agricultura brasileira foi a produção do açúcar. O comércio dos portugueses com o Oriente passou a não lucrar mais tanto como antes, e assim, Portugal pensou então em investir no Brasil. Para isso, a partir do século XVI, introduziu a cultura da cana, uma vez que o açúcar era um produto de alto valor no mercado europeu, já que era raro. Seu cultivo deu-se em grandes latifúndios, as *plantations*. A mão de obra utilizada era a escrava, e em larga escala.

Para Guillermo Palacios (1993), no Brasil Colonial havia dois subsetores que se diferenciavam: de um lado os escravos trabalhando de forma compulsória, cultivando alimentos nas terras das *plantations*, e do outro, culturas alimentares, constituindo-se como “lavouras especializadas” para o abastecimento dos espaços urbanos. O autor aborda que o trabalhador dessas lavouras especializadas não é o escravo, e sim o próprio proprietário. Os gêneros

produzidos por esses pequenos proprietários eram o milho, arroz, feijão e a mandioca, que abasteciam a população colonial, uma vez que o que era produzido nas *plantations* era destinado à exportação.

A produção açucareira estendeu-se em larga escala até o século XVII, quando os holandeses, que eram os que financiavam os equipamentos dos senhores de engenho, foram expulsos do Brasil. Nas Antilhas, lugar para onde deslocaram-se, produziram o açúcar e passaram a competir com o Brasil. Assim, por volta do século XVIII, a produção açucareira já não rendia mais lucros tão altos como no início. Além do açúcar, outros produtos eram destinados à exportação, mas de menor importância, como o tabaco, o algodão, o arroz e o anil.

No tempo em que predominou a mineração, ao longo do século XVIII, outros produtos que não eram vendidos para o exterior em função do seu baixo lucro eram cultivados como agricultura de subsistência para abastecer a população das minas, como a mandioca, o feijão, o milho e arroz. No entanto, em decorrência do pouco cultivo, estes tornavam-se escassos, sendo insuficientes para abastecer a população.

1.8 A agricultura no Brasil pós-independência

Após a Independência, a economia brasileira não sofreu muitas mudanças. Ainda predominava a economia voltada para o suprimento do mercado internacional através da exportação de gêneros tropicais, como algodão, cacau, açúcar, borracha, dentre outros. No entanto, desde a década de 1830, o café foi a cultura que liderou a posição mais elevada dentre os produtos exportados, superando os déficits pelos quais a balança comercial vinha passando.

Como o café era a âncora da economia brasileira, caso ocorresse uma crise relativa à sua comercialização internacional, refletiria, obviamente, na economia do país. Prado Jr (1984, p. 122) aborda que a “lavoura do café, durante três quartos de séculos concentra nela quase toda a riqueza do país, e mesmo em termos absolutos ela é notável”. Além disso, o autor ressalta que o Brasil era o grande produtor mundial, com quase o monopólio de um gênero que tomou o primeiro lugar entre os produtos primários no comércio internacional.

Foi durante esse período que o Estado incentivou a imigração, facilitando a obtenção de pequenas propriedades. Dessa forma, esses imigrantes eram atraídos pelas propagandas do governo, acreditando que aqui enriqueceriam. Foi a partir daí que houve o aparecimento da pequena propriedade no cenário agrário brasileiro, já que o Estado incentivava. Chegando ao Brasil, tornaram-se trabalhadores nas grandes fazendas. Celso Furtado (2007) trata acerca da relação do fazendeiro para com o imigrante, afirmando que cabia ao fazendeiro cobrir os gastos

com o imigrante no seu primeiro ano de atividade, além de colocar à sua disposição terras em que pudessem ser cultivados os gêneros de primeira necessidade para manutenção da família. Além disso, muitos desses trabalhadores objetivando manter-se por conta própria passaram a deixar as fazendas, enfrentando sérias dificuldades.

Durante a Primeira República, muitos sujeitos das áreas rurais encontravam-se sob situação de miséria e injustiças sociais, causando um profundo descontentamento. Para reagir a essa situação, ocorreram várias revoltas de protesto nesse período, sendo as principais a Revolta de Canudos e a Guerra do Contestado.

A Revolta de Canudos ocorreu no Nordeste, entre 1893 a 1897. Nessa época, enquanto vigorava no país a oligarquia cafeeira, com prepotentes coronéis, a fome e a miséria no Nordeste eram decorrentes justamente dessa estrutura fundiária. Em meio a esse contexto surge a figura de Antônio Conselheiro, encontrando nesse clima de descontentamento ambiente propício para suas pregações, cujo lema era “a terra não tem dono, a terra é de todos”, e fixando-se em Canudos. Muitos indivíduos se deslocaram para lá, pois viviam em um sistema comunitário no qual a produção da colheita, bem como os rebanhos eram repartidos. Contudo, o povoado foi destruído pelas tropas do governo e dos coronéis, e posteriormente pelas tropas do governo federal, pois representavam uma ameaça ao poder dominante.

A Guerra do Contestado, de acordo com Eduardo José Afonso (1994), ocorreu entre 1912 a 1916, quando uma empresa estrangeira resolveu contratar trabalhadores de outros estados pagando salários muito baixos, para a construção de uma estrada de ferro. No entanto, com o término da rodovia, em 1910, todos os trabalhadores foram mandados embora. Estes, sem ter como retornar a seu lugar de origem, passaram a perambular pelas ruas, saqueando e invadindo propriedades, e até mesmo se oferecendo como jagunços, o que fez aumentar as tensões sociais. Estes sertanejos foram liderados por José Maria, sob um governo próprio com normais igualitárias. Também tiveram um triste fim, sofrendo violentas perseguições por parte dos coronéis e das empresas estrangeiras.

1.9 Questões atuais: a luta pela reforma agrária e os conflitos sociais no campo brasileiro

No século XX, muitas foram as lutas dos camponeses com relação à terra, sendo um importante passo dado na luta agrária. As mobilizações sociais, no Brasil, surgiram de forma tímida no mesmo período em que o país via seu alvorecer na indústria e urbanização, na década de 1930. Em um período de breve industrialização, os produtos agrícolas passaram a ser absorvidos pelo mercado. Os grandes proprietários, interessados nisso, expulsaram antigos

posseiros de suas terras, causando-lhes profunda revolta. Mas, foi no final da década de 1940 até meados da década de 1960 que os conflitos no campo se expandiram. Essas mobilizações ganharam força a partir do momento em que os camponeses perceberam que a terra concentrava-se nas mãos de poucos, o que despertava o descontentamento desses trabalhadores rurais, que eram sempre deixados de lado por parte do poder público.

Nesse período, surgiu, no Nordeste, um importante movimento social que ganhou grandes proporções na luta contra o latifúndio: as Ligas Camponesas, as quais posicionavam-se contra a expulsão dos camponeses de suas terras, o alto preço dos arrendamentos, a exploração dos trabalhadores, e o principal: a luta pela terra. Segundo Oliveira, A. U. (2007) as ligas camponesas atuavam sob a direção do até então legalizado Partido Comunista do Brasil - PCB, o qual estimulou a criação de várias organizações camponesas e associações rurais por todo país, já que atuou politicamente no campo em meados da década de 1940.

As Ligas Camponesas foram aderidas por vários estados, como, por exemplo, Pernambuco e Paraíba. As lutas objetivavam, no geral, a reforma agrária. Nos anos 1960, as ligas passaram a ganhar espaço nas organizações dos trabalhadores rurais, quando o governo estendeu os direitos trabalhistas previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) aos trabalhadores rurais, vindo florescer uma série de sindicatos de trabalhadores rurais. Cabe aqui esclarecer que as Ligas Camponesas surgiram inicialmente a partir da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPP), onde algumas famílias assumiam uma condição de arrendatários no Engenho Galiléia. No entanto, o assentamento dos trabalhadores causou desconforto no proprietário, e este, por sua vez, aumentou a renda daquelas terras. Os trabalhadores, expulsos das terras, ergueram literalmente uma bandeira de luta contra a elevação absurda do preço dos arrendamentos e, em 1959, tiveram sua primeira conquista através de uma decisão judicial que determinou a desapropriação do engenho, além de distribuir as terras àquelas famílias. De acordo com Montenegro:

[...] as Ligas Camponesas se insurgem contra os proprietários rurais, criticando publicamente, através de passeatas, mobilizações, toda essa situação em que vive a grande maioria dos trabalhadores rurais do Nordeste. O coroamento dessa mobilização, a partir da aprovação da desapropriação de Galiléia, tem um grande efeito sobre os trabalhadores rurais de Pernambuco e de outros estados. (MONTENEGRO, 2003, p. 261)

As Ligas Camponesas, apesar de sua grande repercussão, tiveram um período de curta duração, até mais precisamente 1965. Isso porque, além de não serem legalizadas, eram direcionadas pelo Partido Comunista do Brasil, o que não era visto por bons olhos pelas elites

latifundiárias do Congresso Nacional. Sua importância para a história da luta camponesa no Brasil é devida ao fato de ter sido o primeiro movimento nacional de luta pela reforma agrária.

Para Oliveira, A. U. (2007) o movimento das ligas camponesas deve ser entendido não como um movimento isolado de uma determinada região, mas como uma manifestação a nível de proporção nacional, cujas reivindicações posicionavam-se contra as tensões e injustiças pelas quais os camponeses e trabalhadores assalariados do campo enfrentavam, e contra as profundas desigualdades nas condições desenvolvimento do país.

É necessário destacar que tais lutas só foram possíveis porque bem antes do governo Goulart, especificamente durante o governo Vargas, os trabalhadores urbanos tiveram seus direitos trabalhistas concedidos, e isso após muita luta. Ainda que esses trabalhadores fossem urbanos, suas lutas serviram de espelho para que os trabalhadores rurais pudessem lutar por seus direitos. Antônio Luigi Negro (2003) afirma que a invenção do trabalhismo serviu de incentivo para que as classes subalternas ampliassem sua interferência na vida do país.

O avanço das lutas camponesas gerado pela forte atuação das Ligas se deu no período em que o cenário mundial estava marcado pela bipolaridade entre capitalismo e socialismo. Esse período foi marcado pelas revoluções socialistas ocorridas após a Segunda Guerra Mundial, entre o final da década de 1940 e durante toda década de 1950. Diante disso, o socialismo só tendia a avançar em relação ao capitalismo, pois essas revoluções tiveram certa influência na América Latina.

Durante o governo João Goulart, essas manifestações sociais foram constantes e bem diversificadas, como as já citadas Ligas camponesas, bem como as organizações sindicais. Essas manifestações sociais resultaram em algumas conquistas. Segundo Maria Eliza Linhares Borges (2004), já seguindo as determinações do Congresso, em dezembro de 1961 ficou determinado que o governo federal daria total amplo apoio para a criação dos Sindicatos dos trabalhadores Rurais, tendo como objetivo amparar legalmente os trabalhadores rurais e neutralizar o crescimento das ligas camponesas.

Em 1962, a AP e o PCB voltaram sua atenção para a criação de Sindicatos de Trabalhadores Rurais em todo Brasil. Já em novembro do mesmo ano foi criado o Estatuto do Trabalhador Rural, estendendo direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais. Em um comício ocorrido em 13 de março de 1964, o presidente João Goulart anunciou sua intenção em alterar um dos artigos da constituição de 1946, visando criar condições legais para a reforma agrária no país. Borges (2004) esclarece que esses sindicatos, na verdade, eram espaços de luta, mas luta por direitos trabalhistas e que isso não deveria ser confundido com a luta pela reforma agrária. No entanto, a ânsia que os trabalhadores rurais tinham para recuperar sua identidade

camponesa fez com que eles acreditassem que a frase repetida pelo PCB e pela AP “o sindicato é a garantia dos direitos do homem no campo” defendesse o direito dos trabalhadores rurais, no caso, a terra, e não aos direitos trabalhistas como pregava o PCB. Dessa forma, percebe-se que os trabalhadores rurais viam nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais a possibilidade de luta para recriar a *utopia camponesa*. A autora ainda esclarece o significado de *utopia camponesa*, afirmando que essa tal utopia camponesa seria uma vida de abundante fartura, livre de patrão e relativamente autônoma, o que na prática muitas vezes não ocorria.

Como na época o país passava por um momento de intensa mobilização social, João Goulart lançou propostas de governo pautadas em atender especificamente aos interesses da sociedade, com o objetivo de efetivar uma democracia social, uma justiça social. Dessa forma, defendia as reformas de base, destacando-se dentre elas a reforma agrária.

Naquela época, embora fosse correto sustentar a tese da reforma agrária como condição para o desenvolvimento econômico no país, as forças dominantes conservadoras viam isso como uma verdadeira ameaça. Dentre os setores contrários às reformas de base, destacam-se os grandes proprietários rurais, empresários e a União Democrática Nacional (UDN).

No contexto internacional, o governo norte-americano sentia-se ameaçado, pois temia que América Latina aderisse ao comunismo. Assim, os Estados Unidos, observando as intensas mobilizações sociais no Brasil e percebendo que esse setor da sociedade estava tendo suas reivindicações “abraçadas” pelas propostas governamentais, temia que o Brasil fosse para a esquerda, o que seria um desastre para toda a América do Sul. Para Montenegro (2003), o que havia era um grande temor de que o continente latino-americano aderisse ao comunismo e que se tornasse, assim, controlado pelo governo soviético. Nesse aspecto, o autor afirma ainda que a posição do Brasil era alvo de críticas do governo norte-americano. As propostas de Goulart, por serem contrárias aos anseios dos conservadores, culminaram mais tarde no golpe de 1964.

2. A HISTÓRIA AGRÁRIA CONTEMPORÂNEA NO AMAPÁ

2.1 A colonização da fronteira agrícola na Amazônia e a utopia camponesa

A ocupação da fronteira agrícola da Amazônia está diretamente ligada aos planos de integração nacional dos governos militares, não só por questões de segurança, como também para melhorar a vida dos povos da região amazônica e da população nordestina. No entanto, cabe esclarecer que na realidade essa medida foi tomada porque os militares temiam que ideias de cunho socialista, claro, contrárias às suas políticas, ganhassem espaço na região nordestina. Em virtude disso, essa medida funcionaria como uma forma de segurança para reter a difusão dessas ideias, pois diminuiria as tensões sociais na região nordestina. Assim, a solução encontrada foi atrair os nordestinos para a região Amazônica, ocupando os “espaços vazios” e a fronteira agrícola. Nesse sentido:

A colonização ao longo das BRs – 163 e 230 foi arquitetada como um projeto de ocupação racional dos “espaços vazios” com potencialidades de uso de recursos naturais. A implantação, a cargo do Incra, previa o assentamento de 100 mil famílias até 1974 nas áreas de influência daquelas rodovias. A base do apoio inicial do novo órgão situou-se no porto de Miritituba (PA), no exato ponto onde a Transamazônica corta o rio Tapajós. (HUERTAS, 2009, p. 125)

Após 1964, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) foi o responsável por criar os núcleos de colonização agrícola ao longo da fronteira, introduzindo diferentes tipos de projetos. Eram inúmeros núcleos de colonização, e estes atraíam milhares de pessoas de várias partes do país e estavam aptos para receber o migrante nordestino. Esses projetos de colonização ao longo das rodovias atraíram muitos imigrantes, pois, até 1974, previam o assentamento de 100 mil famílias e estavam voltados para atender aos pequenos agricultores.

Os núcleos de colonização eram organizados dentro de um determinado sistema: Agrovilas, Agrópolis e Rurópolis. As agrovilas, contudo, não obtiveram êxito, pois enfrentaram uma série de problemas, como falta de assistência médica e escolar, localização distante de centros maiores, e insuficiente organização técnica de como lidar com o solo. Em virtude disso, muitas famílias dessas agrovilas desistiram do projeto, migrando para outras áreas. Coelho (1998) afirma que se deslocavam em busca do acesso à terra, atrás do mito da terra abundante ou do eldorado. Levavam, todavia, pouco tempo para descobrir que a terra era abundante somente para os que dispunham de capital para comprá-la.

Dessa forma, é possível dizer que assentar famílias no meio da Floresta Amazônica foi uma tentativa do governo militar que resultou em fracasso, pois não foram feitos investimentos em infraestrutura básica para que houvesse a devida instalação dos agricultores migrantes. Além disso, não havia escolas nem atendimento médico para um território tão amplo e, ainda que as famílias que lá se instalaram conseguissem produzir algo para comercializar, não teriam onde vender sua produção.

Nos anos 1970, a colonização da Amazônia deu-se por meio das grandes empresas e do grande capital nacional e estrangeiro. Para Melhem Adas (1996) isso não quer dizer que antes não havia empresas na região, pois muitas já haviam sido instaladas bem antes. Esse padrão de desenvolvimento fez com que ocorresse um grande fluxo de grupos sociais, tendo como consequência uma crescente divisão do trabalho ao lado da superexploração. Nesse contexto, a ocupação da Amazônia gerou muitos conflitos entre indígenas, garimpeiros, posseiros e a sociedade brasileira de modo geral.

Em virtude da penetração das grandes empresas ou do grande capital, os trabalhadores rurais eram atraídos para a região em busca de terras, no entanto, quando conseguiam, as perdiam. Regina Beatriz Guimarães Neto (2003) considera que apenas uma pequena parte da área total “destinada à colonização” foi disponibilizada aos pequenos agricultores, sendo que, dentro do mesmo projeto, grandes áreas foram colocadas no mercado para atender à demanda de médios e grandes proprietários. Outros trabalhadores, por sua vez, acabavam sendo transformados em peões ou mão de obra barata para os empreiteiros de mão de obra, conhecidos como “gatos” na região. E, além disso, quando não morriam devido às doenças, eram brutalmente assassinados pelos garimpeiros e grileiros.

Os peões e os sem terra eram submetidos a péssimas condições de trabalho “coexistindo formas arcaicas de superexploração do trabalho, que retratam o aumento indiscriminado das jornadas diárias de trabalho, o não reconhecimento dos contratos e as várias modalidades de trabalho forçado”. (GUIMARÃES NETO, 2003, p. 57)

O posseiro, sendo também parte desses grupos sociais, foi expulso de sua terra, de sua pequena roça, onde praticava uma agricultura de subsistência.

É possível dizer que a organização do espaço amazônico foi organizada segundo o interesse das grandes empresas e do grande capital, através das muitas falcatruas praticadas pelo governo militar, na época. Isso gerou grandes problemas para os grupos sociais aqui já citados, pois eles se dirigiam em busca de “um sonho” e acabavam se deparando com uma realidade bem diferente. De acordo com Valverde & Freitas (1980) os trabalhadores rurais eram atraídos

para a região seduzidos por propostas mirabolantes, até serem colocados em um caminhão, e depois de cuidadosamente vigiados em cada pouso, entregues às frentes de trabalho.

Por fim, o que podemos perceber é que os trabalhadores que se deslocaram para a região amazônica durante o período militar, oriundos do Nordeste em sua maioria, ao se estabelecerem na região eram colocados sob péssimas condições de trabalho nas fazendas, além de sofrerem os mais diversos tipos de violência e, às vezes, sendo até mesmo mortos. Estima-se que no período de 1964 a 1985 foram assassinados 1.100 trabalhadores rurais em todo Brasil, sendo 535 destes, na Amazônia (ADAS, 1996). Assim, podemos observar que esse fato está relacionado à chamada “utopia camponesa”, nomenclatura já citada e que é utilizada por Maria Eliza Linhares Borges (2003) para se referir aos trabalhadores rurais que chegavam a acreditar que teriam terra em abundância para ser explorada por sua família, quando na verdade a terra era abundante apenas para os que dispunham de capital para comprá-la.

2.2 Agricultura familiar

De acordo com a Lei 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural.

Observa-se que a definição de agricultor familiar, pela Lei, dá-se de forma vaga, direta. No meio acadêmico, diversas são as abordagens acerca da conceituação do termo agricultura familiar. Mas, no geral, as discussões apontam para dois lados: de um lado, há quem considere o agricultor moderno, resultado das transformações geradas pelo sistema capitalista, sem vínculo algum com o passado. Por outro lado, um grupo de intelectuais defende a ideia de que o produtor moderno tem suas raízes diretamente ligadas ao camponês tradicional, fator esse que o tornou capaz de adaptar-se ao novo sistema, uma vez que já possuía uma tradição camponesa.

Para Wanderley (1996, pg. 2) a agricultura familiar “é aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento familiar”. Nesse sentido, o grupo familiar, tanto a propriedade como a força de trabalho da propriedade familiar giram em torno da família ocupante daquele lote, formando, assim, o tripé propriedade x trabalho x família.

Além das características conceituais elencadas acima, outro aspecto importante atribuído à agricultura familiar é que esta possui uma certa autonomia na medida em que é capaz de suprir as necessidades imediatas do grupo familiar, ou seja, a subsistência da família é garantida. Nesse viés, outro ponto importante é que a família, além de produzir para seu

autoconsumo, pode também comercializar seus produtos para o mercado externo, inserindo-se, dessa forma, em atividades adicionais externas, estáveis e rentáveis.

De acordo com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), no empreendimento familiar podem ser praticadas tanto atividades agropecuárias como não agropecuárias. Ou seja, outra atividade pode ser combinada à agricultura familiar como fonte de renda, sendo assim, uma espécie de “válvula de escape” ou uma forma de segurança para os períodos de intempéries, o que caracteriza a forma de trabalho baseada na pluriatividade, como afirma Shneider:

Essa forma de organização do trabalho familiar vem sendo denominada *pluriatividade* e refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção. (SHNEIDER; 2003, p. 100)

Cabe aqui dizer que a pluriatividade ocorre quando as atividades agrícolas são combinadas com outros tipos de atividades que não estão inseridas na agricultura, tendo como intuito garantir uma nova fonte de renda, sem, contudo, deixar o setor agrícola de lado, pois, do contrário, o indivíduo perderia seu ofício de agricultor. Dentre essas outras atividades que podem ser somadas ao setor agrícola, segundo a Lei 11.326/2006, insere-se o trabalho de silvicultores, aquícultores, extrativistas, pescadores e povos indígenas.

A Lei 11.326/2006, dentre outras medidas agrárias, é resultado de anos de lutas e reivindicações camponesas na busca pela implementação da reforma agrária, para obter acesso à terra. Essas medidas são criadas pelo governo visando acalmar as pressões sociais dos camponeses insatisfeitos com a concentração fundiária.

Para Oliveira, A.U (2007, p. 69) “a reforma agrária constitui um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país todo”. O autor ainda pondera que a reforma agrária se dá pelo processo de distribuição das propriedades e/ou posse de terras e da terra, com o intuito de garantir melhores condições sociais, políticas, culturais, técnicas e econômicas e de reordenação do território aos menos favorecidos. Assim, as leis de reforma agrária atuam modificando as estruturas fundiárias vigentes, dividindo as terras concentradas nas mãos dos grandes proprietários aos camponeses e demais trabalhadores rurais, formando, assim, a pequena propriedade familiar camponesa.

Para que a luta pela terra ganhe forças e consiga mudanças, é necessário que todas as organizações e forças políticas que abrangem a massa camponesa, como sindicatos, movimentos sociais, entre outros, atuem unidas e com afinco em seu propósito.

A implantação da reforma agrária visa valorizar o trabalhador do campo, e sustenta-se sob dois pilares primordiais: a política fundiária e a política agrícola. Para Oliveira, A.U (2007) a política fundiária abrange o conjunto de legislações responsáveis por estimular os tributos que são incidentes sobre a propriedade privada da terra. Já a política agrícola está ligada às ações governamentais ligadas aos mais diversos tipos de assistência aos trabalhadores rurais, como assistência social, técnica, de fomento e de estímulo à produção, comercialização, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários.

Apesar das leis de reforma agrária implementadas, cabe dizer que em particular na Amazônia nunca houve uma real intenção do governo pela reforma agrária, como afirma Pasquis (2005, p. 86), “a Amazônia em todo seu contexto de conflito pela ocupação e uso da terra nunca teve de fato uma reforma agrária”. Nesse sentido, o autor defende a ideia de que mesmo que nos últimos anos os agricultores sem terra tenham recebido concessões de lotes como consequência das constantes lutas, nunca houve a expropriação e divisão da terra. Na realidade, o que ocorreu foi um processo de colonização, que paradoxalmente serviu de incentivo para atrair a mão de obra excedente de outros estados, favorecendo a concentração fundiária, o que impediu que a reforma agrária acontecesse nessas regiões. Nesse contexto:

[...] a região nordestina, com uma estrutura fundiária concentrada, era foco permanente de tensão social, mas os interesses em jogo e no poder do Estado não permitiam qualquer alternativa de reforma agrária. Era necessário então “fazer a reforma agrária do Nordeste na Amazônia” ou, como preferia dizer o General Médici, “vamos levar os homens sem terra do Nordeste para as terras sem homens da Amazônia. (OLIVEIRA, 2007, p. 122)

Diante disso, o que podemos perceber é que a ocupação ao longo da fronteira agrícola na Amazônia permitiu aos trabalhadores rurais a garantia da autonomia do seu modo de vida, não necessariamente a reforma agrária propriamente dita.

2.3 Agricultura familiar no Estado do Amapá

Localizado na região norte do Brasil, o Estado do Amapá possui 16 municípios, abrangendo uma extensão territorial total de 142.827, 89 km². Em termos demográficos, o Estado possui 766.679 habitantes, sendo 89, 8% residentes na área urbana, e 10,2% da

população residente na área rural, com densidade demográfica considerada baixa, correspondente a 4, 69 pessoas por km². (IBGE, 2015)

Segundo os dados do censo agropecuário do IBGE (2006), o Estado possui 3.527 estabelecimentos agropecuários para 873. 789 hectares. Desse total, o número de estabelecimentos familiares existentes corresponde a 2.863, ocupando uma área de 130.770 hectares.

A atividade agrícola praticada no Estado do Amapá possui caráter essencialmente familiar, ou seja, baseada na subsistência, cujo destino da produção é, em grande parte, para o autoconsumo, sendo o restante comercializado para a compra de produtos que não são produzidos no lote familiar, como sal, café, entre outros. Segundo Filocreão, Lomba e Silva (2012, p. 9) essa produção ocorre através do “cultivo de pequenas roças de lavouras anuais, centradas especialmente na cultura da mandioca e em algumas situações em consórcio com outras culturas”.

A agricultura familiar é de significativa relevância para a economia do Estado, pois, além de garantir o abastecimento destinado ao autoconsumo, o restante da produção não destinado ao sustento familiar é comercializado no mercado amapaense. No entanto, ainda assim a quantidade de produtos é insignificante para suprir a demanda necessária ao abastecimento do mercado, tornando o Estado economicamente dependente externo de outros estados, importando alimentos desses. À produção excedente da agricultura familiar que é comercializada no mercado local, Wanderley chama de “dupla face produtiva”, como pode-se observar:

Nada indica que o campesinato brasileiro se restrinja, em seus objetivos, à simples obtenção direta da alimentação familiar, o que só acontece quando as portas do mercado estão efetivamente fechadas para eles. Pelo contrário, a experiência no envolvimento nesta dupla face produtiva gerou um saber específico que pôde ser transmitido através das gerações sucessivas e que serviu de base para o enfrentamento – vitorioso ou não – da precariedade e da instabilidade. (WANDERLEY, 1996, pg. 11)

Neste caso, com a consolidação do sistema capitalista o camponês tradicional assumiu uma nova roupagem: a de produtor moderno. Ou seja, o produtor rural tradicional foi adaptando-se ao capitalismo de acordo com as novas exigências do mercado, passando a somar com a economia do país.

Na Foto 1, o agricultor está comercializando seus produtos em uma feira na capital Macapá, chamada de feira do produtor. Nesta feira são comercializados os mais diversos produtos, como: mandioca, couve, alface, laranja, banana, cheiro-verde, dentre outros.

FOTO 1 - Pequeno agricultor comercializando seus produtos na feira do produtor do bairro do Pacoval



Fonte: Dayanne dos Santos Ataíde (2016)

Os produtos produzidos pela agricultura familiar no Estado do Amapá são vendidos nas mais diversas feiras da capital, mas essa questão será tratada mais detalhadamente adiante, no terceiro capítulo deste trabalho.

A agricultura familiar não ocorre de forma homogênea em todas as regiões devido a diferentes peculiaridades ligadas às condições naturais, diretamente relacionadas a todo um contexto histórico da evolução de cada região.

A agricultura familiar promove, de certa forma, a fixação do trabalhador no campo, diminuindo o êxodo rural, como também contribui para a geração de renda e melhoria de vida dos trabalhadores rurais. O que se espera da agricultura familiar é uma participação ainda mais efetiva na geração de renda e emprego, aumentando a sua contribuição na dinâmica socioeconômica. Para isso, precisa ser fortalecida, pois a atuação dos agricultores familiares é muito importante na geração de emprego e renda.

Para Filocreão, Lomba e Silva (2012) a agricultura familiar no Amapá baseia-se na produção vegetal e pecuária. Os autores afirmam que os produtos que se destacam na produção vegetal são a mandioca, o arroz em casca, o feijão fradinho, o milho em grão, e o café arábica em grão.

De todas essas culturas, a mandioca sobressai-se por ser o principal produto responsável pelo abastecimento alimentício do mercado do Estado, e seu subproduto é a farinha. O abastecimento local por ano corresponde a 14.421.557 Kg de farinha.

A Foto 2 corresponde a uma família de agricultores com 60 sacos de farinha de mandioca retidos por não ter como transportá-los.

FOTO 2 - Família de agricultores com sacos de farinha de mandioca



Fonte: Ricardo Pereira de Lima (2003)

De acordo com Lima (2005) os camponeses consideram a mandioca com uma espécie de poupança *in natura*, pois a colheita garante as necessidades básicas imediatas das famílias, já que o alimento pode ser em forma de farinha, além de com sua comercialização poder comprar os alimentos que não são produzidos no estabelecimento familiar, como o sal, o açúcar, o café, além de roupas e combustível.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Estado do Amapá possui 2.863 estabelecimentos de agricultura familiar que, além de produzirem a mandioca, outros alimentos de grande relevância para a economia do Estado são produzidos. Dentre esses outros alimentos estão a laranja e o abacaxi, produzidos em maior escala na Colônia Agrícola do Matapi e comercializados nas feiras da cidade, suprindo o mercado local (FERREIRA, F; JUNIOR, A, 2013)

Além das atividades agrícolas a agricultura familiar do Estado atua, também, na criação de animais, destacando-se a pecuária, a produção de leite de vaca, a produção de aves, a produção de ovos de galinha, e a produção de suínos. Para Filocreão, Lomba e Silva (2012, p.

3) “em muitos produtos a produção familiar é superior à quantidade produzida pelos estabelecimentos não familiares, mesmo possuindo uma quantidade de terras inferior aos estabelecimentos não familiares”.

Para que haja um aumento na produção de alimentos, é necessário que o governo invista mais em políticas públicas, o que geraria o aumento da produção, e conseqüente o aumento da demanda destinada ao mercado.

No que se refere à força de trabalho, Lima (2005, pg. 53) afirma que devido ao fato de que “como esses camponeses não possuem ingressos fixos para pagar empregados, tampouco dispõem de assistência médica e sanitária, e estão pouco informados sobre métodos anticoncepcionais, o elevado número de filhos se transforma na mão de obra”. Por outro lado, Wanderley (1996), vê na força de trabalho familiar uma certa autonomia demográfica por assegurar a subsistência do grupo familiar para as gerações subseqüentes, estabelecendo a especificidade do seu sistema de produção e a centralidade do patrimônio familiar.

Na Foto 3 podemos observar uma criança colhendo o fruto.

FOTO 3 – Criança ajudando na colheita do trabalho familiar



Fonte: RURAP

Portanto, ao mesmo tempo em que o elevado número de filhos significa pobreza no campo, esses são úteis no auxílio da força de trabalho no estabelecimento familiar.

Apesar da significativa importância da agricultura familiar no cenário brasileiro, e em particular, no amapaense, as políticas agrícolas ainda estão longe de serem ideais para a maioria dos agricultores. Mesmo assim, os pequenos agricultores resistem às condições desfavoráveis nas quais se encontram submetidos, alterando seus mecanismos de sobrevivência e tornando-se competitivos no mercado.

Nesse sentido, para Filocreão, Lomba e Silva (2012, p. 1) “a agricultura familiar é um setor que cada vez mais precisa de atenção por parte das políticas públicas e melhor reconhecimento do meio social quanto a sua produtividade”. É importante que a agricultura

familiar tenha sua importância reconhecida por parte do poder público, pois desempenha um papel de fundamental importância na produção de alimentos. Esses alimentos, além de garantir o abastecimento da região a qual os trabalhadores encontram-se localizados, participam da economia na medida em que alguns desses produtos são exportados.

2.4 A implantação dos assentamentos agrícolas

Com a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 1970, são criadas formas de colonização na Amazônia visando a distribuição de terras, tendo o Estado como agente controlador. Como já citado anteriormente, na Amazônia foram implementados inúmeros núcleos de colonização, que atraíram milhares de pessoas de várias partes do país e que estavam aptas para receber o migrante nordestino. Esses projetos de colonização, ao longo das rodovias, atraíram muitos migrantes, pois, até 1974, os governos militares previam o assentamento de 100 mil famílias, cuja intenção atender aos pequenos agricultores.

O processo se dava através da desapropriação de terras dos governos estaduais para o governo central, distribuindo-as aos sujeitos menos favorecidos, em especial do Nordeste, como já citado em um outro momento. Essas políticas de assentamento foram criadas como uma forma de atenuar os conflitos sociais gerados em virtude da concentração de terras, ficando os indivíduos que lutam por um pedaço de terra, à mercê das decisões políticas. Para Filocreão, Lomba e Silva (2012, pg. 4) “essa estratégia é compreendida como uma forma de solucionar conflitos de ordem social, distribuindo terras a produtores e promovendo o povoamento da fronteira em locais estratégicos”. Ainda segundo os autores esse processo funciona como “bacias de mão de obra” em nível local.

Nesse contexto, em decorrência da inexistência de uma política efetiva de reforma agrária, as políticas agrícolas e fundiárias são criadas como uma forma de abrandar as tensões e pressões sociais na luta por um pedaço de terra, e são resultado justamente dessas lutas sociais. Os programas de colonização implementados na Amazônia surgiram como um meio para sanar a ausência da reforma agrária.

2.5 Assentamentos agrícolas do Estado do Amapá

O Estado do Amapá possui 40 projetos de assentamentos de reforma agrária, distribuídos entre os órgãos governamentais responsáveis pela manutenção e desenvolvimento

desses, sendo eles: o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), O Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Estado do Amapá (IMAP), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), bem como sob jurisdição também do poder municipal do Município de Laranjal do Jari. (FILOCREÃO; LOMBA; SILVA, 2012)

O INCRA possui sob sua jurisdição a maioria desses projetos de assentamentos, totalizando 34.

No Quadro 1 são apresentados os assentamentos rurais que estão sob jurisdição do INCRA.

QUADRO 1 - Assentamentos rurais do Estado do Amapá, sob jurisdição do INCRA

NOME DO PROJETO	MUNICÍPIO	HECTARES (Ha)
1-PIQUIAZAL	MAZAGÃO	26.000,0000
2-PERIMETRAL	PEDRA BRANCA DO AMAPARI	34.000,0000
3-CARNOT	CALÇOENE	72.000,0000
4-BOM JESUS	TARTATUGALZINHO	33.031,0381
5-SERRA DO NAVIO	SERRA DO NAVIO	25.000,0000
6-MATÃO DO PIAÇACÁ	SANTANA	42.904,3237
7-CEDRO	TARTARUGALZINHO	47.970,0000
8-MUNGUBA	PORTO GRANDE	37.500,0000
9-NOVA COLINA	PORTO GRANDE	22.700,0000
10-SÃO BENEDITO	TARTARUGALZINHO	2.900,0000
11-PIQUIÁ	AMAPÁ	3.670,0000
12-MARACÁ	MAZAGÃO	569.208,5407
13-MANUEL JACINTO	PORTO GRANDE	16.390,6452
14-ANAUERAPUCU	SANTANA	37.058,4432
15-ITAUBAL	ITAUBAL	13.534,8399
16-NOVA VIDA	TARTATUGALZINHO	9.511,3765
17-CRUZEIRO	AMAPÁ	5.930,0653
18-NOVA CANAÃ	PORTO GRANDE	20.554,4200
19-GOVERNADOR JANARY	TARTARUGALZINHO	11.304,7994
20-PANCADA DO CAMAÍPI	MAZAGÃO	24.054,8384
21-CUJUBIM	PRACUÚBA	13.000,0000

22-V.VELHA DO CASSIPORÉ	OIAPOQUE	28.000,0000
23-PEDRA BRANCA	PEDRA BRANCA DO AMAPARI	29.831,6316
24-CORRE ÁGUA	MACAPÁ	6.277,7837
25-LOURENÇO	CALÇOENE	26.600,0000
26-CASULO JARI	LARANJAL DO JARI	3.000,0000
27-PAE MUTUM	CALÇOENE	7.000,0000
28-PAE Pe.JOSIMO	MACAPÁ	352,0998
29-PAE Dra. MÉRCIA	MACAPÁ	571,3675
30-PAE IGARAPÉ GRANDE	OIAPOQUE	1.770,4346
31-RESEX RIO CAJARI	MAZAGÃO	501.650,7600
32-FERREIRINHA	FERREIRA GOMES	5.389,7000
33-IRINEU FELIPE	CALÇOENE	10.681, 2800
34-S. Antônio da Pedreira	AMAPÁ	540,0000
TOTAL 34		1.689.888,3876

Fonte: INCRA (2009)

A maioria dos indivíduos que se deslocaram para o Estado do Amapá em busca de terras são oriundos do Maranhão. Isso porque houve bastante incentivo por parte do governo desse estado, que, inclusive, lhes cedeu bilhete de passagem. Estes já trouxeram consigo uma certa experiência prévia no ramo da produção de arroz, por já a terem praticado em seu lugar de origem, sendo esse um ponto positivo para o aumento da produção do arroz com casca. Após isso, com o passar dos anos, o governo federal aumentou a meta de implantação de assentamentos para 600.000 famílias no Brasil, entre 1994 até 2002.

No Estado do Amapá, o município de Tartarugalzinho estava inserido na política nacional de reforma agrária. Assim, muitos camponeses foram atraídos para a região amazônica. Dessa forma, para Lima (2005, pg. 39) “o Estado do Amapá foi identificado como um *locus* com abundância de terras através da propaganda divulgada por todo país pela Rádio Nacional (a emissora oficial do governo), que informava sobre a disponibilidade de terras”.

O autor ainda pondera que um dos aspectos fundamentais da relação campo-cidade na fronteira é a grande mobilidade da força de trabalho (de nativos e de migrantes) ocupados em trabalhos temporais rurais e urbanos e em diferentes tipos de atividades no mesmo estabelecimento produtivo.

Quando os camponeses chegaram à Macapá, após identificarem-se ao INCRA, foram lhes concedido 100 hectares de terras, além do recebimento de crédito financeiro para a manutenção inicial dos assentamentos. Todavia, devido à desvalorização do dólar, e conseqüente ameaça de inflação no país, o fomento acabou perdendo seu valor. Em consequência disso, poucos foram os indivíduos assentados que investiram o crédito para aquisição de insumos agrícolas e equipamentos. Os demais vendiam seus lotes e, com o dinheiro da compra, adquiriram casas próprias em bairros periféricos da zona norte do Estado.

A Foto 4 corresponde ao assentamento nova colina, localizado no município de Porto Grande.

FOTO 4 – Assentamento Nova Colina



Fonte: INCRA – AP

É evidentemente notável a situação precária desse assentamento. Segundo Filocreão, Lomba e Silva (2012), as políticas agrícolas têm deixado muito a desejar nas infraestruturas dos assentamentos do Estado do Amapá, como habitação, pontes, eletricidade, escolas e postos de saúde, em alguns casos, por sua ausência, e em outros, pelas péssimas condições em que são executadas. Somando-se a isso, os serviços de apoio à produção, como os de assistência técnica, transporte, apoio à comercialização são operados em baixa qualidade.

Em termos de concessão de linhas de crédito, os financiamentos concedidos à agricultura familiar do Amapá são provenientes do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e do Fundo de Desenvolvimento Rural do Amapá (FRAP).

Mesmo vários setores tentando utilizar meios que possam sanar os problemas da questão agrária no Brasil, ainda há muito a ser feito para se avançar nesse sentido. Apesar de existirem

programas de apoio aos assentamentos rurais, de acordo com Filocreão, Lomba e Silva (2012, pg. 9) “as ações do governo não estão sendo executadas nos assentamentos do Estado, pois grande parte dos assentamentos convive com problemas de infraestrutura de toda natureza”. O abandono dos assentamentos, pelas políticas públicas do Estado conseqüentemente faz com que o assentado sinta-se desestimulado a continuar no lote, pois, sem infraestrutura adequada, é quase que impossível produzir. Assim, ainda para Filocreão, Lomba e Silva (2012, pg. 4) “através de incentivos por meio de políticas de assistência, os agricultores familiares tenderão a aumentar a sua produção agrícola, transformando o Amapá em autossuficiente na produção de alguns produtos consumidos por sua população”.

É necessária toda uma infraestrutura adequada para a manutenção dos assentamentos, para que os assentados possam permanecer nos mesmos. Para isso, cabe ao governo a função de oferecer o devido apoio através da aplicação de créditos rurais para que sejam construídas moradias, a construção de estradas para o escoamento da produção e meio de acesso ao lote, equipamentos, entre outros.

3. A RELAÇÃO ENTRE O RURAP E A AGRICULTURA FAMILIAR NO AMAPÁ NA DÉCADA DE 1990

3.1 História da extensão rural no Amapá

A proposta de assistência técnica, no Brasil, nasce no movimento de modernização da agricultura brasileira pós-Segunda Guerra, com a integração dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde para os agricultores. No geral, o momento era de transformar pequenos agricultores familiares ou camponeses em pequenos capitalistas do campo. A assistência técnica até 1990 era federal. Porém, no governo Collor ela foi extinta, obedecendo a implantação do projeto neoliberal e coube aos estados promover a assistência. Em termos ideológicos, a assistência técnica e extensão rural está no limite entre duas visões: a que defende a modernização clássica e outra que defende a manutenção dos modos de vida desses camponeses.

No Amapá, foi em 1974, através da criação da Associação de Crédito e Assistência Rural no Amapá (ACAR/AMAPÁ), que o serviço de assistência técnica e extensão rural se iniciou, objetivando a promoção do desenvolvimento do setor agropecuário local através da assistência técnica à família rural. Para incrementar os serviços de assistência técnica e extensão rural do até então território, em 1978 foi criada a Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Amapá (ASTER/AMAPÁ). De acordo com o relatório de atividades do RURAP (2005), esses serviços de assistência técnica eram coordenados pelo Governo Federal através da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER).

A ASTER/AMAPÁ pôs em execução, no Território do Amapá, algumas ações da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), que haviam sido programadas para serem executadas na região Sul, o que contribuiu para que os agricultores passassem a usufruir de uma certa melhora não muito significativa no setor primário. Nessa época, os extensionistas tinham formação voltada para questão sócio-política fundamentada na educação popular no campo, e foi nesse contexto que surgiram as associações e cooperativas constituídas por produtores.

Mais recentemente, em 18 de abril de 1990, deu-se a criação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Amapá (EMATER/AMAPÁ), porém, esta foi extinta durante a gestão do então presidente Collor, pois sua criação ocorreu justamente no momento em que passou a vigorar o neoliberalismo, que prega o “Estado Mínimo”, em que o Estado tem mínima

participação na economia, diminuindo, assim, a criação de políticas públicas. Como aponta Grisa e Schneider (2015, p. 31):

Na década de 1990 vigorou o referencial global do neoliberalismo, que ganhou repercussão principalmente nos governos Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. Para além da desestruturação de instrumentos de políticas públicas importantes, como a extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) em 1990, da liberalização dos mercados e da retirada do Estado na economia (com importantes repercussões na taxa de câmbio e na relação importação/exportação), este referencial global repercutiu nas políticas para a agricultura familiar.

Diante disso, pode-se dizer que todo o país sofreu refração do suporte financeiro destinado ao serviço de assistência técnica, mas a região Norte foi a mais atingida pela política neoliberalista.

Para o Estado do Amapá, a diminuição do aporte financeiro trouxe prejuízo aos produtores, especificamente aos da agricultura familiar. Com isso, em junho de 1991, foi criada a Fundação de Assistência Técnica e Extensão Rural (FATER), no entanto, por não atender aos preceitos administrativos de autonomia, teve curta duração.

Já em agosto de 1991, através do Decreto nº 0122/90, foi criado o Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP), tornando-se o responsável pela assistência técnica e extensão rural, agora com o aporte financeiro proveniente do Estado. A Foto 5 corresponde à sede do RURAP, em Macapá.

FOTO 5 – Sede central do RURAP, em Macapá



Fonte: Dayanne dos Santos Ataíde (2014)

O RURAP tem como missão promover o desenvolvimento rural sustentado do Estado do Amapá. Para isso, atua de forma a agregar valor à produção através de demonstrações práticas, visando a melhoria de vida dos indivíduos que trabalham no campo. Através dos serviços de assistência técnica e extensão rural, os produtores rurais obtêm conhecimentos e informações sobre o processo produtivo. De modo geral, o RURAP visa implementar a política de desenvolvimento rural atuando de forma articulada com todos os órgãos que fazem parte da cadeia produtiva, objetivando combater a pobreza no campo proporcionando condições de sustentabilidade alimentar, socioeconômica e ambiental do Amapá. (RURAP, 2003)

Até fins dos anos 1990, recorte temporal deste trabalho, o RURAP possuía 22 sedes locais distribuídas em todos os municípios, conforme o Quadro 2 abaixo:

QUADRO 2 – Comunidades assistidas pelo RURAP

SEDE LOCAL	COMUNIDADES
AMAPÁ	Cruzeiro, Piquiá, Amapá Grande, Calafate, Fazendas e Amapá, Base Aérea.
ÁGUA BRANCA DO CAJARÍ	Sororoca, Santa Clara, Água Branca, Mangueiro, Dona Maria, Marinho, Açaizal, Martins, Santarém, Boca do Braço, Acampamento, Aningal, Rio Calçoene.
BAILIQUE	Limão do Curuá, Ponta do Curuá, Igarapé Grande do Curuá, Itamatatuba, Jaburuzinho, Furo do Araguari, Foz do Gurijuba, Arraial, Igarapé Grande da Terra Firme, Livramento, Santo Antonio, Igaçaba, Bom Jardim, Cubana, Igarapé do Carneiro, Buritizal, Franco Grande, Freguesia, Igarapé do Jangada, Igarapé do Meio, Marinheiro de Fora, Igarapé do Macaco, Ponta da Esperança, Macedônia, Vila Progresso, Uricurituba, Mupeva, Terra Grande, Mauba, Progresso, Jaranduba, Sabrecado, Viado Grande, Franquinho, São Pedro, Anairoba, Igarapé Ferreira.
CALÇOENE	Goiabal, Cunani, BR 156, Rio Calçoene, Calçoene, Mutum, Ilha Grande, Calafate, Juncal, Salgadeira/Asa Aberta, Irineu, Peixe Boi.
CARNOT	Carnôt, Ramal do Lourenço e Cassiporé
CUTIAS DO ARAGUARÍ	Sagrado Coração de Maria, Livramento, São Sebastião, Bom Destino, Liberdade, Creio em Deus, Pracuúba, São Paulo, Bom Amigo, Alta Floresta, Gurupora, São Raimundo, Alegria, Deus por nós, Alta Floresta, Samauma, Ramal do Alho, Capoeira do Rei, São Joaquim do Pacuí, Cutias, Rio Araguari, Médio e Baixo Araguari, S. C. de Maria, Areia Branca, Área Fluvial.
FERREIRA GOMES	Periferia, Paredão, Terra Preta, Água Viva, Triunfo, Aporema, Acapuzal, Tracajatuba, Caldeirão, Vila Nova, São Raimundo, Rio Araguari, Com. Ferreirinha, Limoeiro do Paredão, Alfacinho, Igarapé da Palha, São Tomé, Nova Vida, BR 156 Km 119, Arrependido.
ITAUBAL DO PIRIRIM	Itaubal, Inajá, Curicaca, Carmo, Tracajatuba III, São Miguel, Uruá, Jupatí, Cobra, Capim, Igarapé Novo, Pau Mulato, Foz do Macacoari.

LARANJAL DO JARI	Iratapuru, Cachoeira, São Militão, Padaria, Tira Couro, Arapiranga, Igarapé do Meio.
MAZAGÃO	Piquiazal, Mazagão Velho, Rio Preto, Carvão, Ajudante, Periferia de Mazagão, Recreio, Camaipi, Foz do Mazagão Velho.
MACAPÁ	Campina Grande, Torrão do Matapí, Areal, Igarapé das Armas, Tessalônica, São Pedro dos Bois, Ariri, Ambé, Peixe Boi, Curiaú, Casa Grande, Ressaca da Pedreira, Abacate da Pedreira, Lontra da Pedreira, Santo Antonio da Pedreira, Tamanduá, retiro Santo Antonio, Alegre, Região Fluvial da Pedreira
MARACÁ	Vila Maracá, Marvim, Pancada, Laranjal do Maracá, Itaupal, Ponte do Breu, Rio Preto, Central do Maracá, Conceição, Igarapé do Lago, Santa Maria, São Miguel, São José, São Jorge.
MARUANUM	Fátima, Santa Maria, São José, São Pedro, Carmo, Santa Luzia, Torrão, Conceição Pirativa, São Sebastião, São Benedito, Igarapé do Lago, Limão, Vila Nova, Igarapé do Bispo e São Raimundo.
OIAPOQUE	BR 156, Cassiporé, Margem Direita do Rio Oiapoque, Pantanary e Oiapoque, Santa Izabel, Manga, Kumarumã, Kumenê, Encruzo
PEDRA BRANCA	Tucano I, Tucano II, Sete Ilhas, Riozinho, São Sebastião do Cachaço, Centro Novo, Arrependido, Água Fria, Pedra Branca, São José do Cachorrinho, Xivete, Stephaneo, Nova Divisão.
PRACUÚBA	Cujubim, Pracuúba, Pernambuco, Flexal, Breu, São Miguel, Santa Tereza, Açaizal, Porto Franco, Tucumã, Porto baixo, Tucunaré.
PORTO GRANDE	Colônia Agrícola do Matapi (Linhas: A,B,C,C,G e H), E.F.A (Km 132/142), Campo Verde, Limão, Cupixi e Vila Nova.
SERRA DO NAVIO	Assentamento do Silvestre, Água Branca, Cachaço, Sucuriju, Stephaneo, Anta, Jararaca, P. Socorro.
SANTANA	Ilha de Santana, Periferia de Santana, São José do Matapi, Pirativa, Coração, Ananindeua, São João do Matapi, Polo, Km 09
SÃO JOAQUIM DO PACUÍ	São Joaquim, Santa Luzia, Corre Água, Ponta Grossa, Dois Irmãos, Catanzal, São Tomé, Garimpo, São Benedito, Lago Papagaio, São Francisco, São Sebastião, Tracajatuba I, Carobal do Píririm, Vila do Damasio.
TARTARUZALZINHO	Itaupal do Amapá, Bom Jesus, Terra Firme, Aporema, Lago Duas Bocas, Pedra Malhada, Tartarugalzinho, Assentamento Governador Janary, Lago Novo.
VITÓRIA DO JARÍ	Jarilândia, Marapi, Marajó, Arapiranga, Caracurú, Felipe, Muriacá, Beiradinho.

Fonte: RURAP (2000)

As sedes locais do RURAP encontram-se geograficamente inseridas em cada pólo de desenvolvimento, formando as sedes regionais e o espaço onde são executadas as políticas de desenvolvimento rural do Estado (RURAP, 2003). As sedes regionais atuam como um elo de

ligação entre elas e a sede central (RURAP, 2001). Dessa forma, funcionam assessorando e oferecendo apoio logístico às atividades de assistência técnica e extensão rural.

Nesses 40 anos de extensão rural no Amapá, o Serviço de Extensão Rural, através da ACAR, ASTER, EMATER, FATER, e hoje, o RURAP, tem incentivado as diversas formas de organização dos agricultores formais e informais através da divulgação de propostas de associativismo rural, como meio de fortalecimento da agricultura familiar, com a inserção de novas tecnologias no campo, dando prioridade à família rural, uma vez que esta constitui-se como participante ativa no processo da produção agrícola. (RURAP, 2005)

Na década de 1990, mais precisamente entre 1995 a 1998, o RURAP procurou basear a atuação do seu serviço em um modelo que se enquadrasse conforme as exigências do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA), visando a melhoria da renda dos setores menos favorecidos da população melhorando a qualidade da produção e agregando valor a partir do conhecimento prévio da realidade local, ao mesmo tempo em que preocupou-se em proteger o meio ambiente, procurando preservar a biodiversidade e evitar o desmatamento. Para Gehlen (2004) o modelo familiar é sensível às questões ambientais, e para ser sustentável e durável, precisa ser bem estruturado, com políticas públicas adequadas.

3.2 Políticas públicas básicas

No final dos anos 1990, o governo do Estado pautou as políticas públicas para o desenvolvimento rural seguindo a linha de um modelo que pudesse se enquadrar de acordo com as realidades locais da Amazônia, diretamente ligado ao PDSA, dando prioridade às atividades regionais, como forma de combater a pobreza no campo. Esse processo se deu através de estruturas produtivas de cunho democrático, ou seja, tornando coletivos os empreendimentos, para que todos os agricultores das localidades pudessem utilizá-los, um exemplo são as casas para a produção de farinha de mandioca.

Nesse contexto, em fins dos anos 1990, precisamente no ano 2000, foram beneficiados 13.840 produtores, dentre os quais 6.940 eram agricultores, 2.350 pecuaristas, 450 extrativistas e 600 pescadores. (RURAP, 2000)

O RURAP também alavancou esforços para o Programa de Associativismo Rural, direcionando suas ações para a associação de produtores, cooperativas de produção, colônias de pescadores, grupos de senhoras, grupos de produtores, bem como para os conselhos municipais. O Quadro 3 nos mostra o número de beneficiários associados de cada grupo citado.

QUADRO 3 – Evolução do número de produtores associados entre 1995 e 1996

FORMA ASSOCIATIVA	UND	1995	1996	1997	1998	1999	2000
COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO	Nº	10	12	17	30	29	35
ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES	Nº	130	78	105	80	120	156
COLÔNIA DE PESCADORES	Nº	12	12	13	13	13	13
GRUPOS DE PRODUTORES	Nº	20	15	25	15	30	45
GRUPOS DE SENHORAS	Nº	15	20	25	18	25	30
CONSELHOS MUNICIPAIS	Nº	-	07	08	08	10	16

Fonte: RURAP (2000)

Essa forma de desenvolvimento rural pautada no associativismo proporcionou uma maior eficácia no atendimento à família rural, gerando novas oportunidades de serviços rentáveis. A Foto 6 corresponde à associação do grupo de senhoras.

FOTO 6 – Grupo de senhoras



Fonte: RURAP (2000)

Essas cooperativas, associações e grupos de produtores, através do incentivo dos serviços de assistência técnica e extensão rural do RURAP, visando dinamizar o meio rural em articulação com a sociedade, proporcionam novas oportunidades de negócio, aumentando a renda de todos os cooperados e associados. Dessa forma, verifica-se que por meio do programa

de associativismo rural, o RURAP buscou dar prioridade à família rural, considerando que esta é participante ativa de todo processo produtivo.

O associativismo rural possibilita aos trabalhadores rurais a concorrência no mercado com melhores condições. De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a união dos pequenos produtores em associação é importante, pois, quando os recursos são divididos entre os indivíduos que compõem a associação, estes tornam-se mais acessíveis ao produtor, melhorando os lucros, uma vez que o custo para aquisição de equipamentos se torna menor.

Além do associativismo, outros programas com base nas políticas públicas sustentáveis foram oferecidos aos produtores, como forma de interagir com o produtor, uma vez que este é cliente prioritário da assistência rural. Dessa forma, com o intuito de promover a interligação entre o saber científico e o senso comum, o governo do Estado investiu na profissionalização dos produtores através de diversas atividades educativas e de orientação técnica.

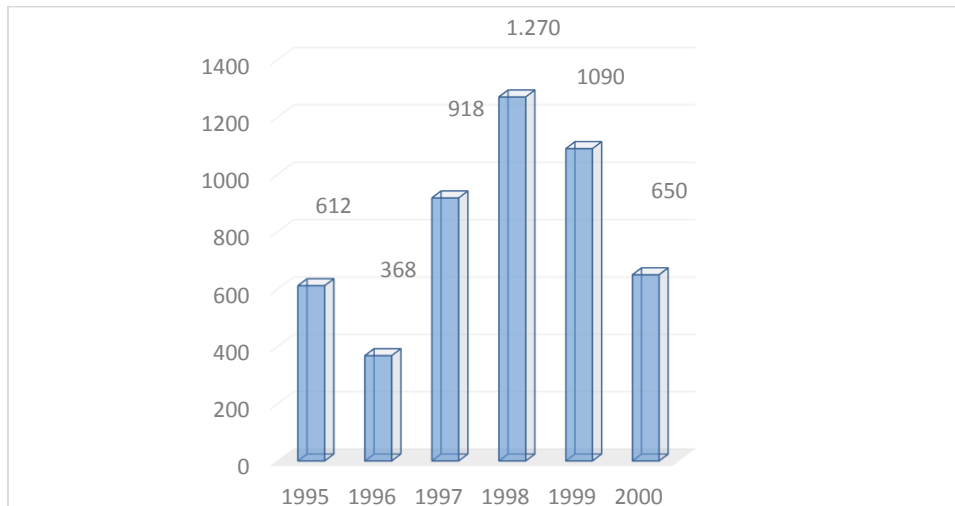
Através das atividades educativas e de orientação técnica, o RURAP atuou oferecendo cursos de capacitação aos pequenos produtores em cada município, tais como: oleicultura básica, manejo de açazais, manejo e sanidade animal, apicultura básica, criação de galinha caipira, piscicultura básica, composto orgânico, irrigação para a pequena propriedade rural, viveirista, gestão participativa, alimentação e nutrição animal, sistemas agroflorestais, formas de organizações comunitárias, entre outros.

Esses programas de capacitação oferecidos aos pequenos produtores familiares ocorreram na própria localidade das comunidades rurais assistidas pelo serviço de assistência técnica e extensão rural do RURAP. Assim, todos os elementos que fazem parte da cadeia produtiva puderam ser envolvidos, tornando o pequeno produtor rural profissionalmente capacitado para o exercício das atividades produtivas.

A profissionalização dos pequenos produtores é de grande relevância, pois pode gerar emprego, negócios com maior rentabilidade, preservação do meio ambiente, além de modernizar os setores mais importantes da economia do Estado. Dessa forma, os pequenos produtores podem contar tanto com o conhecimento científico aliado a seu conhecimento empírico acerca da produção, melhorando a qualidade da produção, como com equipamentos específicos e mais modernos para a execução de seu trabalho.

O Gráfico 1 apresenta a quantidade de produtores beneficiados no Estado do Amapá pelos programas de profissionalização, entre 1995 e 2000.

GRÁFICO 1 - Número de produtores rurais beneficiados no Estado do Amapá pelos cursos profissionalizantes, entre 1995 e 2000



Fonte: RURAP (2000)

De acordo o relatório de atividades do RURAP (2002), os resultados alcançados por essas políticas públicas de desenvolvimento agrícola do Estado do Amapá através do RURAP em parceria com o PDSA ainda não haviam atingido as metas pretendidas.

3.3 Capacidade de produção das famílias, tipo de cultura e principais obstáculos

Como já mencionado anteriormente, a agricultura do Estado do Amapá “se desenvolve basicamente sobre estruturas familiares, caracterizada pela produção de subsistência – consumo de parte da produção e venda do excedente” (LOMBA; SILVA, 2014). A capacidade de produção das famílias é considerada baixa por não ser suficiente para suprir a demanda necessária ao abastecimento do mercado local, embora a produção da mandioca seja significativa. Somando a esse fator, é fraco o investimento em equipamentos, o que dificulta a produtividade.

A agricultura familiar no Amapá está baseada na produção vegetal e na pecuária, sendo que na produção vegetal destaca-se o cultivo da mandioca, do arroz em casca, feijão-fradinho, milho em grão, café arábica em grão e café canéfora em grão (FILOCREÃO; LOMBA; SILVA, 2012). De todas essas culturas, a mandioca merece destaque por ser o principal produto responsável pelo abastecimento alimentício do mercado do Estado, conforme foi abordado no capítulo anterior.

Visando apoiar essa economia de base familiar, a assistência técnica do RURAP procura dar o devido suporte às culturas alimentares, com o objetivo de proporcionar alimentação às famílias.

A nível de Brasil, a produção da mandioca proveniente das atividades de agricultura familiar corresponde a 87% (IBGE, 2006). No Estado do Amapá, juntamente com a mandioca, que é utilizada para a produção da farinha, o arroz, o feijão e o milho representam os principais produtos da agricultura familiar do Estado do Amapá.

No Quadro 4 podemos observar a evolução dos principais produtos produzidos pela agricultura familiar no Estado, entre os anos de 1995 a 2000.

QUADRO 4 – Evolução das culturas alimentares de 1995 a 2000 no Estado do Amapá

CULTURAS	UNID	ANOS					
		1995	1996	1997	1998	1999	2000
ARROZ Área	Ha	895	766,36	880	800	825	1.200
	Produção Ton	738	674,40	780	640	657	1.100
FEIJÃO Área	Ha	895	140	135,48	150	289	300
	Produção Ton	528	44,80	42	45	132	120
MILHO Área	Ha	542	948	778	800	1.170	1.200
	Produção Ton	346	644,60	530	560	828	840
MANDIOCA Área	Ha	2,790	3.255,70	3.241,90	3.550	4.000	4.500
	Produção Ton	3.000	10.161	10.211	10.650	12.042	15.916

Fonte: RURAP (2000)

Comparando os dados do quadro, nota-se que a mandioca, de fato, sobressai-se em maior quantidade tanto na área plantada como na produção obtida, apresentando superioridade em sua produção. Isso se dá pelo fato de ser a base econômica de todas as propriedades, podendo ou não ser cultivada em consórcio com pequenos cultivos de arroz, milho e feijão. (IBGE, 2004)

O milho e o feijão, assim como a mandioca, também destinam-se à subsistência dos pequenos produtores rurais, sendo a produção excedente escoada para comercialização nas feiras de produtores do município de Macapá, localizadas nos Bairros Buritizal, Pacoval e Jardim felicidade.

A comercialização da produção excedente nas feiras do produtor contribui para a obtenção de resultados positivos à família rural, uma vez que os recursos chegam aos destinatários, tornando viável o desenvolvimento rural e diminuindo o êxodo rural.

A cultura do feijão, embora pouco difundida, é satisfatória para a demanda do consumo familiar, pois cada área plantada resulta em um equivalente a 300kg do alimento. Apesar disso, segundo o IBGE (2004) a tecnologia era considerada baixa.

Com relação aos principais obstáculos, constatou-se que havia dificuldade para armazenar o que era produzido, além da existência de equipamentos nada modernos, e isso quando se tinha acesso a eles. Somando a esses obstáculos, as condições ambientais não eram propícias ao cultivo, uma vez que o solo é pobre. No caso da mandioca, a maior parte do que se produz (80%) provém de solos pobres e ácidos, o que representa um dos empecilhos para o desenvolvimento da agricultura no Estado do Amapá. (IBGE, 2004)

3.4 Análise da atuação do RURAP na agricultura familiar do Estado do Amapá na década de 1990

Na década de 1990, o serviço de assistência técnica e extensão rural do RURAP atendeu aos setores da produção vegetal (culturas temporárias e culturas permanentes), pecuária, extrativismo e a pesca extrativista artesanal.

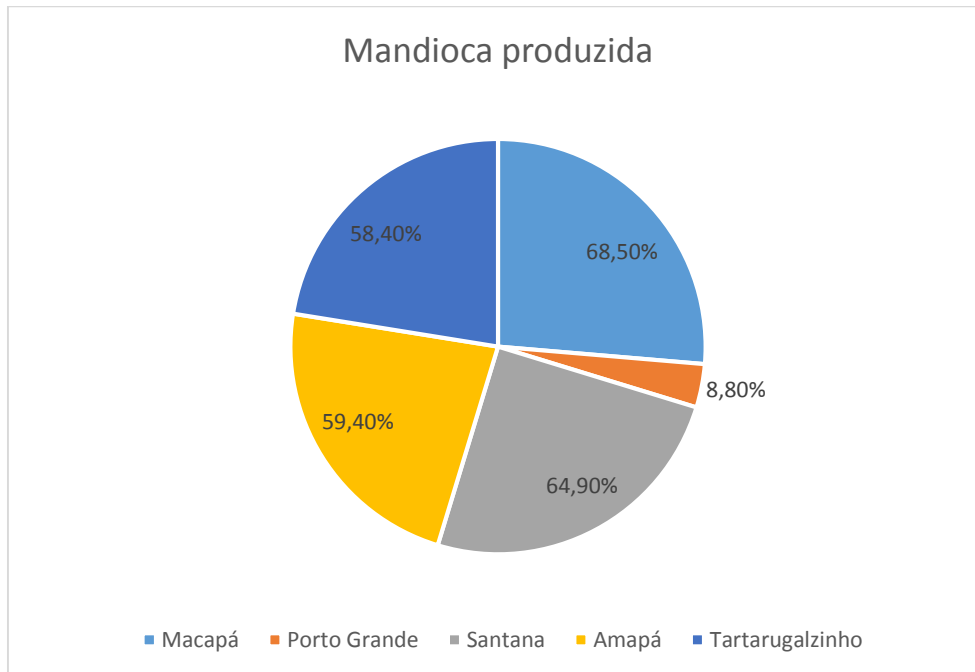
As culturas temporárias são as que possuem período de curta duração, com um ciclo que não chega a completar um ano. A mandioca, o feijão, o milho e o arroz inserem-se nesse tipo de cultura, sendo os principais representantes desta no Estado do Amapá em função de sua importância econômica, social e cultural. (IBGE, 2004)

Já as culturas permanentes, por sua vez, têm longo prazo de duração, não necessitando de plantio após a colheita, destacando-se no Estado do Amapá o setor da fruticultura, haja vista o abastecimento da cidade com essas culturas por meio das feiras, que alavancam a economia local.

A mandioca é um produto de grande evidência no Estado do Amapá, pois acrescentam-se valores culturais ao consumo de tal produto. Por meio dela são produzidos farinha, bolos, tucupi, além de também poder ser cozida e ingerida de forma simples.

No Gráfico 2, podemos observar o percentual da evolução da cultura da mandioca produzida pela agricultura familiar no ano 2000, nos Municípios de Macapá, Porto Grande, Santana, Amapá e Tartarugalzinho.¹

GRÁFICO 2 – Percentual da produção de mandioca no ano 2000



Fonte: RURAP (2000)

Analisando os dados percentuais do gráfico, percebe-se que o município de Macapá apresenta maior percentual de cultivo de mandioca, superando os demais municípios. Isso ocorre devido ao fato de as comunidades negras que vivem no entorno da capital também a cultivarem.

A baixa produtividade do município de Porto Grande ocorre devido a maior parte das terras desse município serem ocupadas por *plantations*, como a palma e o *pinus*, pertencentes a empresas, e que portanto, não é objetivo deste trabalho analisá-las, e sim as áreas cultivadas pela agricultura familiar do Estado do Amapá.

Já o percentual maior de Santana, Amapá e Tartarugalzinho deve-se ao fato de nesses municípios a ocorrência de *plantations* ser em menor escala.

¹Em função de a área média do Estado do Amapá dedicada ao cultivo de alimentos corresponder a apenas 2 hectares, pelo fato de a maior parte das terras serem ocupadas pelo cultivo de monoculturas pertencentes a empresas como Copalma e Amcel, não foi possível fazer um comparativo por município de cada tipo de cultura para este trabalho.

No que diz respeito às culturas permanentes, objetivando diminuir a dependência desses produtos de outros estados, o RURAP buscou incentivar a produção de mudas frutíferas, incentivando os produtores locais.

As principais frutas cultivadas pela agricultura familiar no Estado do Amapá, são: o abacaxi, a banana, cupuaçu, laranja, maracujá e graviola.

Os resultados da evolução da exploração frutícola no Estado do Amapá nos anos 1990 podem ser vistos no Quadro 5, cuja evolução vai de 1995 a 2000.

QUADRO 5 – Evolução da produção frutícola no Estado do Amapá, de 1995 a 2000

PRODUTO	UNID	ANOS					
		1995	1996	1997	1998	1999	2000
ABACAXI							
Área	Ha	80	183,5	189	186	387	425
Produção	1.000 F	640	1.468	1.512	1.488	1.973	4.250
BANANA							
Área	Ha	280	327	297	290	657	722,7
Produção	Cacho	106.398	203.067	183.843	181.000	394.200	448.796
CUPUAÇU							
Área	Ha	95	183,5	185	191	376	387
Produção	Fruto	131.575	254.147	246.835	268.000	752.000	719.820
LARANJA							
Área	Ha	230	387,5	620	400	458	495
Produção	Cento	106.398	320.012	511.500	240.000	255.350	265.250
MARACUJÁ							
Área	Ha	20	56,3	53,9	51	40	86
Produção	Ton	90	339,6	323,4	306	275	430
GRAVIOLA							
Área	Ha	-	-	6,8	8,9	10	24
Produção	Fruto	-	-	22.644	29.481	40.000	74.000

Fonte: RURAP (2000)

Além dessas culturas frutíferas, outras frutas fazem parte das principais culturas permanentes do Estado do Amapá, como o mamão, o citros e o côco. No entanto, por apresentarem baixa tecnologia produtiva, a qualidade destes conseqüentemente também vem a ser baixa.

Os pequenos produtores oriundos do Maranhão e do Pará, como citado em um outro momento anteriormente, já possuíam uma certa experiência agrícola devido às experiências prévias em seu local de origem. De acordo com Lima (2005), os maranhenses dedicavam-se ao

cultivo do arroz, da mandioca, do feijão e do milho; já os paraenses, ao cultivo da mandioca. Por outro lado, alguns migrantes não possuíam vocação para o cultivo, o que fez com que abandonassem o estabelecimento agrícola. Foi nesse contexto que o governo do Estado do Amapá direcionou investimentos a longo prazo em árvores frutíferas.

No que diz respeito à pecuária, na década de 1990 o modo de produção da pecuária de corte era considerado de baixo padrão por praticamente não incorporar novas tecnologias. Somando a isso, de acordo com o IBGE (2004), não havia um controle sanitário dos animais, além de, em períodos de seca, apresentarem significativa diminuição de peso. Dessa forma, o RURAP atuou em seu desenvolvimento promovendo a vacinação dos animais assistidos, bem como através da execução de exames laboratoriais. No Quadro 6 são elencados os tipos de vacinas e exames feitos nos animais.

QUADRO 6 – Tipos de vacinas e de exames aos animais assistidos

VACINAÇÃO DOS ANIMAIS ASSISTIDOS		
DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
AFTOSA	CABEÇA	127.000
RAIVA	CABEÇA	47.100
BRUCELOSE	CABEÇA	7.035
EXAMES LABORATORIAIS		Nº
TUBERCULOSE		80
BRUCELOSE		60
ANEMIA INFECIOSA EQUINA		306

Fonte: RURAP

A demanda de carne do Estado do Amapá atendia a apenas 19%, e não era de boa qualidade para o consumo. Isso porque os abatedouros apresentavam precárias condições, além de muitos serem clandestinos. Desse modo, para atender a demanda do Estado, importava-se carne do Pará.

A pecuária leiteira, por sua vez, também era insuficiente para atender a demanda local, com uma produção de 8 mil litros produzidos diariamente, sendo que, por produtor, a produção média diária era de apenas 20 litros, totalizando 3.062 de litros por ano. (IBGE, 2004)

No que concerne ao extrativismo, este também está inserido na base econômica da população do Estado do Amapá. Em função da pouca preocupação com a forma de exploração

da floresta para extrair os produtos, o RURAP, visando a conservação da biodiversidade florestal, bem como a melhoria das condições de vida da população da floresta, atuou na década de 1990 de acordo com as políticas governamentais pautadas no PDSA, tendo apoio das cooperativas, que deram impulso à atividade. A Tabela 1 traz os dados referentes à produção extrativa animal e vegetal nesse período:

Tabela 1 – Produção obtida pela atividade extrativista no ano 2000

PRODUÇÃO DE EXTRATIVISMO VEGETAL		
DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
Castanha do brasil	Hec	75.000
Açaí	Ton	20.000
Cacau	Kg	1.000
Inajá	Kg	1.150
PRODUÇÃO DE EXTRATIVISMO ANIMAL		
DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
Apicultura (produção de mel)	Kg	3.500
Pesca artesanal	Ton	2.100

Fonte: RURAP (2000)

O RURAP buscou incrementar melhorias no padrão de qualidade de produção nas atividades extrativistas, em especial à Castanha, que até então era considerada o principal produto extrativo do Estado, proporcionando, assim, o aumento da renda das comunidades florestais. Para isso, atuou em parceria com as cooperativas investindo de forma a modernizar o setor produtivo através da construção de uma usina de extração de óleo de castanha. Embora a castanha tenha tido considerável importância, atualmente o manejo dos açazais tem se destacado como uma das principais atividades produtivas do Estado do Amapá.

Com relação à pesca extrativa artesanal, que é a pesca de subsistência dos pequenos agricultores familiares, apesar de o Estado do Amapá ser possuidor das mais diversas espécies de peixes de considerável valor econômico, a pesca extrativa artesanal ainda era tecnologicamente atrasada na década de 1990. Em virtude desse quadro, o RURAP direcionou suas ações no sentido de propiciar a promoção dos pequenos pescadores tornando-os capazes de gerenciar seu negócio, introduzindo algumas espécies pesqueiras.

O Gráfico 3 contém os dados quantitativos das espécies de peixes introduzidas pelo serviço de assistência técnica e extensão rural do RURAP aos pequenos pescadores do Estado do Amapá, em 1999.

GRÁFICO 3 - Espécies pesqueiras concedidas pelo RURAP aos pequenos pescadores em 1999



Fonte: RURAP (1999)

Segundo o IBGE (2004), os municípios que apresentam maior produção pesqueira, são: Tartarugalzinho, Amapá, Calçoene, Pracuúba, Santana e Macapá, destacando-se Macapá, Santana e Calçoene, por sua maior quantidade de produção pesqueira.

3.5 Perfil da burocracia do RURAP

O Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP), possui 243 funcionários das mais diversas áreas de formação profissional, sendo 121 técnicos, dentre os quais inserem-se os médicos veterinários, engenheiros agrônomos, zootecnistas e técnicos agrícolas; 28 funcionários na área administrativa; 42 pessoal de apoio e mais 33 estagiários com experiência curricular. (RURAP, 2003)

Acerca do nível de escolaridade dos servidores da instituição, considerou-se importante investigar o perfil profissional dos funcionários, pois a qualidade dos serviços de assistência técnica e extensão rural está diretamente ligada ao nível de capacitação dos servidores.

Nesse sentido, a partir da análise dos relatórios institucionais do RURAP, constatou-se que na década de 1990, período correspondente ao recorte temporal deste trabalho, tendo em vista que o cenário político-administrativo do país sofreu algumas transformações nos anos 1990 em decorrência da política neoliberalista em voga na época, no Estado do Amapá, apesar

desses entraves, o RURAP conseguiu manter, em termos quantitativos, um quadro de pessoal técnico capaz de executar os serviços de extensão, com 82% dos extensionistas lotados no campo.

De acordo com a análise documental dos relatórios, as condições de trabalho dos funcionários extensionistas no campo, até fins dos anos 1990, não eram nada satisfatórias, pois a infraestrutura (equipamentos e instalações) apresentava péssimas condições. A qualidade de trabalho insatisfatória é um ponto negativo que pode causar insatisfação nos servidores, os desmotivando para a produtividade, o que provoca a diminuição desta.

Já no setor administrativo, buscando alavancar a extensão rural de acordo com as necessidades administrativas, as sedes locais e os setores de suporte foram informatizados através da introdução de novas tecnologias. Na Foto 7, podemos ver a infraestrutura informatizada nos anos 1990:

FOTO 7 – Setor administrativo informatizado



Fonte: RURAP (2000)

A informatização dos setores administrativos do RURAP foi de grande importância, pois, com essa medida, foi possível adquirir um *software* específico diretamente ligado à realidade do Estado do Amapá. Assim, o monitoramento das ações e a prestação de informações à comunidade puderam ser melhorados, bem como os dados socioculturais e os da produção extrativista.

3.6 Crédito rural

O crédito rural constitui-se como um agente de desenvolvimento econômico e social, e faz parte das políticas agrícolas, sendo muito importante para a manutenção da agricultura

familiar, pois traz a possibilidade de melhoria da produtividade do campo, contribuindo para a diminuição da pobreza no meio rural.

Percebe-se a importância da agricultura familiar no país quando se observa que ela é responsável por 70% da produção dos alimentos destinados à mesa da população (MDA, 2012). Dessa forma, a produtividade no campo necessita de linhas de créditos para que se possa alcançar o desenvolvimento rural, uma vez que este proporciona o desenvolvimento social e econômico da família rural, proporcionando trabalho e renda.

Como já mencionados no segundo capítulo, os programas de financiamento de crédito rural destinados à produção familiar, são: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Fundo de Desenvolvimento Rural do Amapá (FRAP) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).

O RURAP, além de oferecer serviços de assistência técnica e extensão rural, atua também como fomentador na obtenção de linhas de crédito para os pequenos agricultores. Para que o produtor possa ter acesso ao crédito, é necessário todo um processo. O produtor deve elaborar um projeto junto às fontes de financiamento, optando pela assistência técnica oficial do Estado ou por empresas e técnicos credenciados junto aos agentes de crédito. (LOMBA; SILVA, 2014)

Os créditos destinados ao Estado do Amapá nos anos 1990 objetivavam a permanência dos produtores no campo, devido às características propulsoras das atividades contempladas com projetos, o que certamente oportunizou a geração de renda.

O montante dos créditos envolvidos no Estado do Amapá, no ano de 2000, foi correspondente a R\$ 2.880.723,96. A Tabela 2 contém a distribuição desse montante mais detalhadamente:

Tabela 2 – distribuição das linhas de crédito por programa no ano de 2000

FRAP	R\$1.227.005,41
PRONAF	R\$ 882.001,97
PRORURAL ²	R\$ 771.716,58

² O PRORURAL (Programa de apoio à Pequena Produção Familiar Rural Organizada) é um programa de crédito rural pertencente à esfera federal, e integra um dos programas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO.

TOTAL	R\$ 2.880.723,96
-------	------------------

Fonte: RURAP (2000)

O crédito rural atua como uma “mola propulsora” para a agricultura familiar, pois fornece os recursos necessários ao produtor para exploração da cultura por vários ciclos, além de valorizar as atividades regionais baseadas no PDSA. Contudo, mesmo com o aporte financeiro oferecido ao desenvolvimento rural, as linhas de crédito nos anos 1990 ainda eram insuficientes para atender a demanda das necessidades dos pequenos agricultores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho foi um tanto árdua, pois algumas fontes bibliográficas são específicas da Geografia e, ainda que, assim como a História, seja uma área pertencente às Ciências Humanas, alguns termos técnicos passam completamente distantes do nosso entendimento, como por exemplo, termos ligados ao meio ambiente, tendo sido necessário um certo tempo para compreendê-los. Dessa forma, foi tomado todo um cuidado para adaptar a escrita deste trabalho compreensível, o mais próximo possível do nosso entendimento como historiadores, dispensando o uso de notas de rodapé.

Importante salientar que, em virtude do longo tempo em que esta pesquisa ficou parada (desde 2014), algumas fontes foram perdidas, como várias fotografias das 3 feiras do produtor do Estado do Amapá, e algumas anotações. Ainda assim, foi feito o máximo de esforço possível para alcançar os objetivos pretendidos para o presente trabalho.

Levando-se em conta todo o esforço para a conclusão deste trabalho, verificou-se que existe uma grande lacuna no campo da pesquisa relacionada à questão agrária no Estado do Amapá. Este trabalho pretende, dessa forma, somar com as poucas pesquisas até então existentes.

Com relação ao objeto de estudo, sendo este a relação do RURAP com a agricultura familiar do Estado do Amapá na década de 1990, foi possível verificar que o Instituto do desenvolvimento Rural do Amapá buscou incrementar programas com atividades agregadoras de valor, objetivando oferecer melhorias ao meio rural através dos serviços de assistência técnica aos pequenos produtores rurais de forma individual e coletiva, bem como visando melhorar o padrão da produção, uma vez que ao longo dos anos 1990, as políticas públicas da esfera federal foram poucas em função da política neoliberal. No entanto, ainda há muito o que se melhorar, pois são necessários maiores investimentos e políticas agrícolas para o desenvolvimento rural, para que assim se alcance uma melhor qualidade no atendimento aos principais interessados em melhorias: os pequenos produtores rurais.

REFERÊNCIAS

- ADAS, Melhem. *Geografia: o Brasil e suas regiões geoeconômicas*. São Paulo, Moderna, 1996.
- AFONSO, Eduardo José. *O Contestado*. São Paulo. Ática. 1994.
- AYMARD A. & AUBOYER J. *História Geral das Civilizações*. Tomo I, vol. 1. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1977.
- BORGES, M. E. L. *Reforma Agrária e Identidade Camponesa*. In: Daniel Aarão Reis; Marcelo Ridenti; Rodrigo Patto Sá Motta. (Org.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. 01ed.São Paulo: EDUSC, 2004, v. 01, p. 81-100.
- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2011.326-2006?OpenDocument >. Acesso em: 20/03/16.
- BURNS, Edward McNall. *História da Civilização Ocidental* / Edward McNall Burns; tradução de Lourival Gomes Machado, Lourdes Santos Machado e Leonel Vallandro.-Porto Alegre: Editora Globo, 1968.
- _____. *CARTILHA DE ACESSO AO PRONAF - Saiba como obter crédito para a agricultura familiar*. (orgs.) SEBRAE; MDA; Governo Federal; Secretaria da Agricultura Familiar. Brasília/DF, 2011.
- CENSO AGROPECUÁRIO. *Agricultura Familiar (Primeiros Resultados)*: Brasil, grandes Regiões e Unidades da Federação. (Org.) Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Instituto brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Censo Agropecuário. Rio de Janeiro: ISSN 0103-6157, p. 1-267, 2006.
- COELHO, M.CM. *A ocupação da Amazônia e a presença militar*. São Paulo: Atual, 1998, p. 21.
- FERREIRA, Fábio; JÚNIOR. Antônio. *Agricultura Familiar: Estudo de Caso da Colônia Agrícola do Matapi*. Amapá: Universidade Federal do Amapá, 2013.

FRANCO JR, Hilário. *O Feudalismo* (Col. "Tudo é História", n° 65). São Paulo, Brasiliense, 1983.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34° Ed. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

GEHLEN, I. *Políticas Públicas e Desenvolvimento rural*. São Paulo em Perspectiva, São paulo, v. 18, n.02, p. 95-103, 2004.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ (1999). *Relatório de atividades do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá*. Macapá (Brasil): RURAP.

_____ (1999). *Relatório de atividades do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá*. Macapá (Brasil): RURAP.

_____ (2000). *Relatório de atividades do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá*. Macapá (Brasil): RURAP.

_____ (2001). *Relatório de atividades do Instituto de Desenvolvimento rural do Amapá*. Macapá (Brasil): RURAP.

_____ (2002). *Relatório de atividades do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá*. Macapá (Brasil): RURAP.

_____ (2003). *Relatório de atividades do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá*. Macapá (Brasil): RURAP.

_____ (2005). *Relatório de atividades do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá*. Macapá (Brasil): RURAP.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sérgio. *Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil*. In: Catia Grisa e Sergio Schneider. (Org.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. 1ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, v. 1, p. 19-52.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Vira Mundo, vira mundo: trajetórias nômade*. As cidades da Amazônia. Projeto História. São Paulo, n° 27, dezembro de 2003, p.57.

HUERTAS, Daniel Monteiro. *Da fachada Atlântica à imensidão amazônica: fronteira agrícola e integração territorial*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 125.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Censo 2004. Disponível em: <http://www.censo2004.ibge.gov.br>. Acesso em: 17/03/2016, às 15:20h

_____. IBGE. Censo 2015. Disponível em: <http://www.censo2015.ibge.gov.br>. Acessado em: 07 de março de 2016, às 10:30h.

_____. (INCRA-AP). *Sistema de informação e projetos de reforma agrária*. Macapá, 2009.

LE ROY LADURIE, Emmanuel. *História dos camponeses franceses: da Peste Negra Revolução*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LIMA, R.A.P. *Agricultura Camponesa e Dinâmica de Ocupação do Território no Estado do Amapá*. In J. R. PORTO, R. A. P. LIMA, D. BRITO, *Amapá: aspectos de uma geografia em construção*, Macapá (AP), Jadson Porto, 2005. (série Percepções do Amapá).

LOMBA, Roni Mayer; SILVA, Irenildo Costa ; FILOCREAO, A. S. M. *A agricultura familiar no Estado do Amapá*. In: XVII Encontro Nacional de Geógrafos, 2012, Belo Horizonte. XVII Encontro Nacional de Geógrafos. Belo Horizonte: AGB, 2012. v. 1. p. 1-15.

LOMBA, Roni Mayer; SILVA, Irenildo Costa ; FILOCREAO, A. S. M. *Assistência Técnica e Extensão Rural no Agricultura Familiar do Estado do Amapá, Amapá-Brasil*. In: XIV Encontro de Geógrafos da América Latina, 2013, Lima. Artículos e Ponencias. Lima: UGI, 2013.

LOMBA, Roni Mayer; SILVA, Irenildo Costa . *O crédito rural na agricultura familiar no Estado do Amapá - Brasil*. Informe Gepec (Impresso), v. 18, p. 20-35, 2014.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. *História das agriculturas do Mundo: do neolítico à crise contemporânea*. São Paulo, Editora da UNESP; Brasília, NEAD, 2010.

MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário). *Agricultura Familiar: escolhas e desafios, 2007*. Disponível em: <www.mda.gov.br>. Acesso em: 21/03/2016.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais em Tempo de Revolução*. In DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira. *Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)*. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática, da democratização de 1945 ao golpe civil/Militar de 1964*. Vol.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

OLIVEIRA, A. U. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: Labur Edições, 2007.

PALACIOS, Guillermo. *Campesinato e Historiografia no Brasil: comentários sobre algumas obras notáveis*. BIB/ANPOCS, R. Janeiro, (35):41-57, 1993.

PASQUIS, R.; SILVA, A.V. da; WEISS, J.; MACHADO, L. "Reforma agrária" na Amazônia: balanço e perspectivas. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 22, n. 1, p. 83-96, jan./abr. 2005.

PRADO JÚNIOR, C. *História Econômica do Brasil*. 30ªed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. SCHNEIDER, S. *Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (Impresso), São Paulo, v. 18, n.51, p. 99-121, 2003.

_____. Projeto levantamento e classificação do uso da terra: relatório técnico - *uso da terra no estado do Amapá*. [S. l.]: IBGE, 2004.

SILVA, Irenildo Costa ; FILOCREAO, A. S. M. ; LOMBA, Roni Mayer . *Assentamentos rurais no Estado do Amapá: uma visão da realidade*. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2012, Uberlândia. *anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária*. Uberlândia: UFU, 2012.

VALVERDE, Orlando; FREITAS, Tácito Lívio Reis de. *O problema florestal da Amazônia Brasileira*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980, p. 39.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Raízes Históricas do campesinato Brasileiro*. XX encontro anual da anpocs. gt 17. *Processos sociais agrários*. Caxambu, MG. Outubro, 1996.